

O SIGNIFICADO DE ALGUNS RÓTULOS ALEGADAMENTE «ECOLÓGICOS» PRESENTES EM PRODUTOS COMERCIALIZÁVEIS EM PORTUGAL: UM ESTUDO COM ALUNOS UNIVERSITÁRIOS

Jorge Bonito¹, Marília Cid², Gilda Matos³

¹ Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. Apartado 94. 7002-544 Évora (Portugal). Telefone: +351266768050. *E-mail*: jbonito@uevora.pt

² Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. Apartado 94. 7002-544 Évora (Portugal). Telefone: +351266768050. *E-mail*: mcid@uevora.pt

³ GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM (Empresa Intermunicipal). Aterro Sanitário Intermunicipal. Estrada das Alcáçovas. 7000-175 Évora (Portugal). Telefone: +351266748123. *E-mail*: gilda@gesamb.pt

1. – DA SUSTENTABILIDADE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Há referências que atribuem aos líderes índios da América do Norte tinham uma preocupação essencial durante o seu «mandato»: a de prever as consequências das suas acções nos seus descendentes e dependentes até à sétima geração. O professor Joseph Bastien (1986) considera que a religião dos povos andinos é essencialmente «um sistema de símbolos ecológicos», ligados aos animais, às plantas e à terra. Vêem-se a si mesmos como parte da natureza, que saindo da terra voltarão a ela. Os dois símbolos dominantes são a terra (*Pachamama*) e as montanhas (*achachilas*).

Há cerca de 20 anos, o Relatório Brundtland da Organização das Nações Unidas (1987) considerou que é preciso, modernamente, garantir as necessidades da geração presente sem, contudo, pôr em causa e afectar as das gerações futuras: um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades (Brundtland, 1987).

Este princípio é, basicamente, o conceito de sustentabilidade. Um conceito que é sistémico, estando ligado à continuidade de aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. O conceito de sustentabilidade prefigura-se como um meio caracterizador de toda a actividade humana e, como tal, da civilização actual. Solicita, do nosso ponto de vista, um sentimento altruísta, moralista e generoso, onde cada sociedade procura desenvolver ao máximo o seu potencial até ao limite da preservação dos recursos naturais, que garantam a mesma base de crescimento e desenvolvimento às gerações futuras.

A sustentabilidade não é, e jamais poderia ser, um conceito dos académicos ou dos políticos. Ela põe-se em prática desde o acto individual até à globalidade da biosfera. O conceito de sustentabilidade, que remete para a gestão equilibrada dos recursos naturais não renováveis, apelando para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas (ecosfera), não pode limitar-se, do nosso ponto de vista, somente a estes aspectos. Uma acção sustentável deve considerar o que é ecologicamente correcto, mas também o que é economicamente viável, o que é socialmente justo e, localmente, o que é culturalmente aceite. Retomando ao início, a sustentabilidade era facilmente compreendida pelos nativos americanos: dar o melhor às pessoas e ao ambiente no momento presente e num futuro indefinido.

Porquanto o conceito de sustentabilidade pareça algo fácil de compreender e de aceitar, somente no final do pretérito século surgiu o conceito de desenvolvimento

sustentável. Foi aqui introduzida a noção de que o desenvolvimento económico deve ser feito com base num equilíbrio ecológico e com a manutenção da qualidade de vida das populações humanas a nível global. Hiroshi Nakajima, o Director-Geral da Organização Mundial de Saúde em 1998, escreveu no *The World Health Report 1998* que «*the desire for a healthier and better world in which to live our lives and raise our children is common to all people and all generations. The health expectancy is more important than life expectancy*» (WHO, 1998).

A ideia que preside ao conceito de desenvolvimento sustentável é a de que os recursos naturais deveriam ser consumidos no presente momento em função da sua capacidade de renovação, ou seja, evitando-se o seu esgotamento. A Agenda 21 (1992) e o Protocolo de Kyoto (1998) vieram aprofundar e aumentar a influência do conceito de desenvolvimento sustentável, já bem presente, como se disse, no Relatório Brundtland.

Segundo o Relatório da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) (UN, 1987), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, também conhecido por *Our Common Future*, propõem-se um conjunto de medidas que devem ser adoptadas pelos países para promover o desenvolvimento sustentável. Considera o documento que os líderes das empresas devem assumir e integrar naturalmente o conceito de desenvolvimento sustentável, como uma nova forma de produzir sem prejudicar o ambiente. Esta noção deverá ser estendida a toda a hierarquia e sectores das firmas, com o objectivo de todos participarem na identificação do impacto da produção da empresa no ambiente e na construção de um projecto que ligue a produção à preservação ambiental. Uma outra medida apontada no Relatório é a implementação da reciclagem de materiais reaproveitáveis (Brundtland, 1987).

A Agenda 21 Global é um processo que envolveu governos e instituições da sociedade civil de 179 países, durante dois anos, culminando na realização da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro em 1992. Em 2002 o programa de implementação da Agenda 21 e os compromissos assumidos no Rio 92 foram veementemente reafirmados durante a Conferência de Joanesburgo. A Agenda 21 traduz em acções o conceito de desenvolvimento sustentável. Trata-se, portanto, de uma agenda de desenvolvimento sustentável.

No compromisso assumido, os Governos têm o dever de facilitar a implementação, em todas as escalas, da Agenda. A Agenda 21 prevê, ainda, a mobilização de todos os segmentos da sociedade, designando-os por «actores relevantes» e por «parceiros do desenvolvimento sustentável». Passou-se de uma responsabilização governamental para uma implicação social, onde todos os cidadãos estão envolvidos e vão tomando decisões consensuais, construindo uma Agenda em direcção a um futuro sustentável. A Agenda 21 Local implica as autoridades locais para trabalharem em parceria com os vários sectores da comunidade na elaboração de um plano de acção com vista a implementar a sustentabilidade ao nível local.

Pelo que nos é dado a conhecer não existe nenhum programa nacional activo de promoção da Agenda 21 Local, ainda que tenha sido uma medida a implementar na recente proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável¹. A Agenda 21 Local prevê que:

¹ No caso do município de Évora, onde residimos, a Agenda 21 Local e Municípios Portugueses (ANMP, 2006) refere que a Agenda 21 Local de Évora terá o arranque do processo em 2006, com a seguinte forma de envolvimento: «A Câmara Municipal de Évora, com o apoio do Instituto Português da Juventude, promoveu um Concurso de Fotografia subordinado ao tema “Olhar Évora – A Sustentabilidade do Concelho: Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades, Ameaças”, no âmbito dos trabalhos de desenvolvimento da Agenda 21 Local». No sítio *web* da Câmara Municipal de Évora não existem referências à Agenda 21 Local, nem o Plano Estratégico de Évora (1997-2006) contempla algum projecto estruturante relativo a este assunto. O portal *évora.net* também não apresenta qualquer informação sobre o tema no directório «ambiente e ecologia», o que vem comprovar, no nosso ponto de vista, o ainda pobre entendimento dos órgãos de gestão municipal acerca do papel da Agenda 21 Local.

Cada poder local deve entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e adoptar uma «Agenda 21 Local». Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável. (Agenda 21, Capítulo 28, 1992, citada em ANMP, 2006)

A Agenda 21 Local é um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável. (*International Council for Local Environmental Initiatives - ICLEI*)

A Agenda 21 Local é um processo inovador e especial porque:

- Existe um mandato acordado pelas Nações Unidas e são já muitos os exemplos de autoridades locais em todo o Mundo que a estão a implementar;
- Reconhece o papel chave das autoridades locais na promoção da sustentabilidade ao nível local;
- Envolve uma responsabilidade global, não só através da redução dos impactes ambientais directos e indirectos, mas também da partilha de experiências com este fim;
- Apela à participação de todos os sectores da comunidade local;
- É mais do que um «plano verde»: integra a componente ambiental, social, económica e cultural, com o objectivo último de melhorar a qualidade de vida dos habitantes, baseando-se nos princípios do desenvolvimento sustentado.

A cidadania mundial é um requisito para a sobrevivência. A. Borges (2006, 8 de Outubro) considera que é preciso levar a compreender que, se se é cidadão do mundo os problemas são do mundo, a comunidade verdadeira é toda a humanidade, os seres humanos fazem parte da Natureza, impondo-se, portanto, a necessidade de atender às necessidades universais de todos, incluindo as gerações futuras, e respeitar a biosfera. A educação torna-se, assim, um instrumento chave para provocar mudanças no conhecimento, nos valores, nos comportamentos e nos estilos de vida requeridos para se conseguir a sustentabilidade e a estabilidade dentro e entre países, a democracia, a segurança humana e a paz (UNESCO, 2002). O ensino, segundo o *Comité National de l'Association des Professeurs de Biologie-Géologie* de 1989 (citado Andrade, 1991), deverá evoluir e ser explorado de forma a conduzir a formação de um cidadão consciente das suas responsabilidades nos domínios da ética, da gestão dos recursos naturais, da preservação do ambiente, como elemento integrante que é da noosfera e do ecossistema Terra. Em conformidade, os *curricula* devem estar organizados para dar resposta a esta necessidade, através de uma educação ambiental, definida como um conjunto de processos através dos quais o indivíduo e a colectividade constroem valores sociais, conhecimentos, atitudes, técnicas, interesse activo e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum da população, essencial à sadia qualidade de vida e à sua sustentabilidade.

Tendo em conta que os problemas relacionados com o meio ambiente são cada vez mais multidisciplinares, globais e multidimensionais, as propostas curriculares deverão ter em conta a desadequação de soluções limitadas a saberes compartimentados, separados e desarticulados. De acordo com Oliveira (2000), os fundamentos para a acção, no âmbito educativo, não podem resultar de um somatório de saberes dispersos, mas de uma integração e cruzamento de saberes e de procura de mais saber, quando estão em causa temas pautados pela complexidade e pela evolução não linear da sua compreensão. O desenvolvimento sustentável, encarado como um projecto educativo, encontra-se, de acordo com o mesmo autor, longe de se constituir como um modelo acabado. É possível, no entanto, considerar um conjunto de propostas que possam sustentar a construção de um modelo possível, tendo por base algumas características fundamentais. A educação para a sustentabilidade deverá, assim, ser (Oliveira, 2000):

- Relevante

Os saberes proporcionados deverão ser pertinentes, sendo a pertinência da informação e do conhecimento assumida como a base de um conhecimento contextualizado e integrado.

- Sistémica e holística

A abordagem sistémica é particularmente adequada para estudar os sistemas ambientais, atendendo às múltiplas interações entre os subsistemas naturais, sociais, políticos e económicos. Contribui para uma compreensão global dos problemas que os afectam e, deste modo, para as suas possíveis soluções.

- Orientada para os valores

Não estamos apenas perante uma educação *para* os valores, mas também perante uma educação *pelos* valores, em que o *saber viver com os outros* deve ser um dos princípios constitutivos.

- Crítica

A abordagem dos problemas ambientais requer um pensamento crítico, nomeadamente quanto à compreensão dos motivos que determinam as decisões por parte dos diferentes sectores da sociedade. O desenvolvimento desta capacidade está associado à educação para a cidadania.

- Orientada para o futuro

A perspectiva diacrónica da nossa responsabilidade é indissociável das características dos principais problemas ambientais e da sua repercussão nas gerações vindouras. A expressão *desenvolvimento sustentável* abarca assim duplamente a perspectiva de futuro: por um lado, ao assumir o projecto de uma sociedade mais equitativa na repartição dos bens usufruídos; por outro, ao salvaguardar o valor insubstituível de um ambiente que possa simultaneamente garantir a viabilidade da sociedade humana. (pp. 258-261)

2. – DOS RÓTULOS ALEGADAMENTE ECOLÓGICOS

A tomada de consciência com as questões relacionadas com o Ambiente alerta-nos para a urgência de um redobrar de esforços, traduzidos em actos cada vez mais responsáveis e orientados por uma visão realista e baseada num princípio essencial: a necessidade de existir um compromisso de melhoria contínua do desempenho ambiental do cidadão e de se optar pela mudança de alguns hábitos e actuar com práticas ambientalmente responsáveis. Realizar este princípio da transição para a sustentabilidade é um dos principais desafios da ciência e tecnologia actuais.

O grande desafio do Desenvolvimento Sustentável, segundo Pinto (2002) será a adopção de padrões de produção que correspondam à Qualidade Total, internalizada em cada fase do processo produtivo. Atendendo à crescente tomada de consciência dos consumidores sobre a qualidade dos produtos menos nocivos para o ambiente, uma das formas para alcançar o principal objectivo da Qualidade Total, será optar por um novo tipo de desenvolvimento, que será feito mediante o conceito de lucro e competitividade com base em produtos mais ecológicos e com maior ciclo de vida. A intenção é preservar a Natureza, minimizando os impactes na saúde e no ambiente.

As regras estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC)² determinam que os produtos não podem ser discriminados com base no seu método de produção. Os produtos são considerados iguais, e não podem ser tratados de forma diferente no que diz respeito a trocas comerciais, desde que tenham as mesmas características e que permitam a mesma utilização final. Esta regra não reflecte, porém, o impacte ambiental associado aos métodos produtivos. O critério de liberdade de escolha com base no processo de fabrico abre a possibilidade de um país preterir produtos importados produzidos por processos desiguais aos dos produtos nacionais. Por outro lado, o critério de impor determinados métodos produtivos pode acentuar as

² World Trade Organization (<http://www.wto.org>). Portugal é membro da WTO desde 1 de Janeiro de 1995.

desigualdades entre países, em particular para aqueles menos desenvolvidos, gerando-lhes dificuldades de colocação e de afirmação no mercado internacional.

É por isso que a participação em acordos ambientais multilaterais pode ser uma forma vantajosa de diferentes países acordarem *standards* gerais ou diferenciados por países onde se tem em conta as especificidades de cada um. Evita-se, deste modo, a tomada de medidas que limitem a sua actividade económica. Um exemplo da relevância dos processos de produção é, precisamente, a sua tradução nos processos de certificação e rotulagem ambiental que informam os consumidores sobre os impactes ambientais do fabrico ou utilização de determinados produtos.

As empresas que produzem e colocam embalagens e produtos no mercado perceberam, desde cedo, que a divulgação junto dos consumidores de práticas de produção ditas «ambientais» ou «ecológicas» atrai o cidadão atento e preocupado com o desenvolvimento sustentável, levando-o a preferir determinados produtos dessas empresas em detrimento de outros, eventualmente, não-ambientais ou sem que se consiga delimitar o seu impacte no ambiente. Enquanto assistimos, por um lado, à criação de legislação de controlo e de certificação de empresas relativamente aos processos de produção amigos do ambiente, com o desenvolvimento de símbolos reconhecidos que o comprovam³, por outro lado, há um conjunto de empresas que desenvolveram os seus próprios símbolos, alegando procedimentos ecológicos na produção dos produtos que colocam no mercado, sem a correspondente certificação e controlo externos.

Podemos, assim, sistematizar os rótulos ecológicos (ou alegadamente ecológicos) em três classes (ISO, 2006e). Os rótulos de Tipo I apresentam declarações ecológicas gerais e normalmente são certificados por uma terceira parte. Três exemplos conhecidos são o *Eco-Label Flower*⁴, o *Forest Stewardship Council* e o *Marine Stewardship Council*. Os rótulos do Tipo II (autodeclarações) são declarações realizadas pelos fabricantes ou distribuidores dos mesmos, de que os produtos são, por exemplo, não afectam as aves, biodegradáveis, ecológicos, sem gorduras, sem CFC, entre outros, geralmente sem certificação nem controlos externos. Por último, os rótulos do Tipo III (*reporting ambiental*) são apresentados, em geral, como uma matriz de numerosas características distintas, semelhantes a rótulos acerca da nutrição que se aplicam em muitos produtos alimentares, cujas características são explicadas no próprio rótulo. Este último tipo de rótulos consideram-se apenas educativos e não têm a intenção de implicar alguma preferência na compra. Inquéritos recentes de Mori (2000, citado em CCE, 2001a), demonstraram que os consumidores pretendem produtos seguros e de qualidade, mas também exigem saber se eles são fabricados de forma socialmente responsável. A maioria dos consumidores europeus afirma, segundo o Livro Verde (CCE, 2001a):

Que o compromisso de uma empresa com a sua responsabilidade social é um factor que pesa na aquisição de um produto ou serviço. Este aspecto abre oportunidades de mercado interessantes, porquanto um número significativo de consumidores estaria predisposto a pagar mais por produtos conformes aos princípios da responsabilidade social e ambiental, embora, actualmente, apenas uma minoria o faça. As questões que mais preocupam os consumidores europeus são a protecção da saúde e da segurança dos trabalhadores e o respeito dos direitos humanos em todas as operações de uma empresa e na sua cadeia de produção (sem recurso, por exemplo, ao trabalho infantil), a defesa do ambiente em geral⁵ e a redução das emissões de gases que contribuem para o efeito de estufa em particular. (p. 21)

³ Veja-se, por exemplo, o Rótulo Ecológico criado pelo Parlamento Europeu, que proporciona aos consumidores a oportunidade de identificarem os produtos que respeitam o ambiente.

⁴ *The Global Ecolabelling Network (GEN)* – (<http://www.gen.gr.jp>) é uma associação não-governamental sem fins lucrativos. Uma organização de preservação ambiental, fundada em 1994, para aperfeiçoar, promover e desenvolver os «ecorrótulos» dos produtos e serviços. Desde o fim de 2001 que o *GEN* inclui 26 membros nacionais e multinacionais. Portugal não é membro do *GEN*.

⁵ O sublinhado é nosso.

Um estudo desenvolvido por Hartman (citado em Ritchie, 2003) revela que muitos consumidores são cépticos relativamente aos rótulos que apresentam declarações do Tipo II, em grande medida devido à quantidade de fraudes que surgiram durante a década de 1980 supostamente contra o meio ambiente e expostas publicamente. Ainda assim, a proliferação de rótulos do Tipo II é muito intensa. Actualmente os rótulos do Tipo III não se encontram muito generalizados no campo do meio ambiente. A *Conselleria de Medi Ambient* da *Generalitat Valenciana* (2004) sugere aos comerciantes que dêem a conhecer aos consumidores o significado dos símbolos ecológicos, acentuando que quando a acção informativa é incorrecta o impacte ambiental é negativo como, por exemplo, o uso incorrecto de publicidade «verde» que gera desconfiança no consumidor consciencializado.

Simões (2004) considera que as principais vantagens dos esquemas de etiquetagem são a melhoria da *performance* ambiental das empresas envolvidas no esquema, *benchmarking* entre empresas concorrentes e o aumento da compreensão da sociedade em geral sobre as externalidades ambientais. Permite, também, que o consumidor apoie ou recuse determinadas atitudes dos produtores com base na diferenciação rotular dos produtos, mecanismos que favorecem o desenvolvimento de produtos e serviços, incentivando à inovação pró-sustentabilidade, suportada por um consumidor cada vez mais responsável e activo. Ainda assim, Simões (2004) refere algumas objecções ao uso de esquemas de etiquetagem ambiental provenientes de algumas entidades ligadas ao comércio internacional, que advogam que estes esquemas são contrários à política do GATT e associam-nos a esquemas de protecção.

É neste contexto que a Comissão das Comunidades Europeias, em 1992, seguindo o exemplo de alguns países (Figura 1), criou o Rótulo Ecológico Europeu (Figura 2) que incide sobre o desempenho ambiental de produtos específicos.



Figura 1. Rótulos Ecológicos Nacionais da Alemanha, Canadá, França, Japão e Estados Unidos da América.



Figura 2. Rótulo Ecológico Europeu.

Os rótulos ecológicos são instrumentos voluntários de gestão ambiental que implicam mecanismos de auditoria por terceiros, orientados para o *marketing* de produtos e de embalagens com características ambientais superiores. De acordo com a *International Standards Organization (ISO)*, o objectivo de um rótulo ecológico é «encorajar a procura e a oferta de produtos que causam menores pressões no ambiente ao longo

do seu ciclo de vida, através da comunicação da informação verificável e fiável não enganosa, acerca dos aspectos ambientais de produtos e serviços» (ISO 2006e). Estes rótulos distinguem-se de outros alegadamente ecológicos, resultado de sistemas de certificação de empresas (*e.g.*, EMAS, ISO 14001), que têm por objectivo comunicar com accionistas, com a banca, com o estado, com seguradoras e, em último, com os consumidores. Recentemente, a Direcção-Geral do Turismo (DGT) reconheceu a certificação ambiental como um «precioso instrumento» para promover os destinos portugueses, mas alertou para a descredibilização do mesmo face à proliferação de sistemas do género (Santos, 2006, 17 de Fevereiro). A intervenção, ainda mais recente, do Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação no Encontro Internacional da Associação Portuguesa de Ética Empresarial «A Responsabilidade Social das Empresas: Complemento ou Sucedâneo do Estado Social?» (GRP, 2006, 15 de Maio) partiu da seguinte formulação:

Como acelerar o ritmo de adesão voluntária das empresas a práticas reconhecidas como socialmente mais responsáveis? A produção espontânea de relatórios e de auditorias de responsabilidade social, a criação e valorização de rótulos sociais e de rótulos ecológicos⁶, a definição e reconhecimento internacional de índices de igual pendor, bem como a discriminação positiva do sistema financeiro, do mercado de capitais e dos fundos de investimento, relativamente às empresas que investem de forma socialmente responsável, pode ajudar a acelerar o ritmo de evolução das empresas para uma nova praxis e cultura empresariais.

O número de empresas que possuem produtos com o rótulo ecológico europeu tem registado um rápido crescimento. De acordo com a Comunicação Interpretativa da Comissão das Comunidades Europeias sobre o direito comunitário aplicável aos contratos públicos e as possibilidades de integrar considerações ambientais nos contratos públicos, de 4 de Julho de 2001 (CCE, 2001b), «os rótulos ecológicos certificam os produtos considerados mais ecológicos num mesmo grupo de produtos. Os rótulos são atribuídos numa base facultativa a produtos que preencham critérios específicos e pretendem informar os consumidores relativamente aos produtos ecológicos» (p. 12). Existem quatro tipos de rótulos ecológicos: o ecorrótulo europeu, os ecorrótulos nacionais, os ecorrótulos plurinacionais e os rótulos ecológicos privados⁷.

O [sítio na web da Internet](http://europa.eu.int/comm/environment/ecolabel/prodgr.htm) <http://europa.eu.int/comm/environment/ecolabel/prodgr.htm> apresenta uma lista de todos os grupos de produtos relativamente aos quais já existe ou está em desenvolvimento ou a ser revisto um rótulo ecológico⁸ (cf. Anexo I). Para os vários grupos de produtos existem instrumentos específicos que estabelecem os critérios de análise, que envolvem aspectos como o desempenho dos produtos, as matérias contidas nos produtos, os processos de produção, de devolução e de reciclagem, manuais de instruções e informações disponibilizadas ao consumidor. Na aceção das directivas dos contratos públicos tratam-se de especificações técnicas⁹.

No que diz respeito aos rótulos ecológicos europeus, plurinacionais e nacionais, as decisões acerca da sua atribuição são tomadas nos termos do procedimento previsto pelos instrumentos jurídicos de relevo, que asseguram a transparência do processo, estando abertos a todos os produtores e fornecedores interessados na sua atribuição¹⁰. O Regulamento (CEE) n.º 1980/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelece que «a fim de encorajar a utilização dos produtos que ostentem o rótulo ecológico, a

⁶ O sublinhado é nosso.

⁷ Veja-se, por exemplo, o Rótulo Ecológico criado pelo *Forest Stewardship Council*, que identifica a madeira resultante de exploração florestal sustentável.

⁸ Assim, por exemplo, os critérios para o rótulo ecológico europeu de computadores pessoais são especificados na Decisão 1999/205/CE da Comissão, de 26 de Fevereiro de 1999 (CCE, 1999).

⁹ Cf., por exemplo, CCE (2002).

¹⁰ O Regulamento (CEE) n.º 1980/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelece os critérios para se tomarem decisões relativas à atribuição do rótulo ecológico europeu. As decisões relativas aos rótulos ecológicos (pluri)nacionais são tomadas nos termos dos procedimentos definidos pelas normas nacionais.

Comissão e as outras instituições da Comunidade Europeia, bem como outras autoridades públicas a nível nacional, devem dar o exemplo ao especificarem as suas exigências relativas aos produtos, sem prejuízo da legislação comunitária» (art.º 10.º).

Os ecorrótulos privados são emitidos por particulares, em geral por organizações privadas, que asseguram a certificação e o controlo aos seus membros de forma rigorosa. A utilização por terceiros de um rótulo ecológico privado é permitida por autorização do seu proprietário, uma vez que se trata de símbolo registado. Embora existam variantes de rótulo privado para rótulo privado, não existem características comuns ou um sistema comum acordado ou harmonizado a nível nacional, plurinacional ou comunitário que estabeleça critérios de certificação e de controlo, pelo que os rótulos ecológicos privados não oferecem as mesmas garantias de transparência e de acesso igual que as decisões de atribuição de rótulos ecológicos europeus e nacionais.

A Comunicação Interpretativa da Comissão das Comunidades Europeias sobre o direito comunitário aplicável aos contratos públicos e as possibilidades de integrar considerações ambientais nos contratos públicos, de 4 de Julho de 2001 (CCE, 2001) estabeleceu que «na ausência de referências obrigatórias, ou quando exijam um nível de protecção ambiental mais elevado do que o previsto nas normas ou na legislação, as entidades adjudicantes podem estabelecer as especificações técnicas relativas ao desempenho ambiental de acordo com os critérios do rótulo ecológico e podem indicar que os produtos certificados por um rótulo ecológico devem estar em conformidade com as prescrições técnicas dos documentos do contrato» (p. 13).

Torna-se importante que as entidades adjudicantes não limitem os meios de prova apenas aos certificados de rótulos ecológicos, devendo também aceitar outros meios de prova, como, por exemplo, relatórios de ensaios. No caso de rótulos ecológicos nacionais ou privados, isto assume particular relevo para garantir que a especificação e os meios para avaliar a conformidade com a especificação não resultem numa limitação do contrato a empresas nacionais ou locais¹¹.

Os sectores industrial e florestal já possuem, actualmente, vários programas de certificação e rotulagem ecológica. O sistema de atribuição de rótulo ecológico da União Europeia abrange cerca de 24 grupos de produtos industriais, mas não é aplicável aos produtos alimentares, às bebidas e aos medicamentos. Actualmente, assiste-se a um debate, lançado pela CCE, sobre a abordagem da Comunidade em matéria de programas de rotulagem ecológica dos produtos da pesca (CCE, 2005)¹². Os grupos de supermercados e as empresas de comercialização revelam, nos tempos actuais, um interesse gradativo por produtos alimentares associados a considerações relativas à sustentabilidade. Este tipo de mercado tem plena consciência, também, que um produto que garanta que foi produzido de acordo com um conjunto de normas de preservação ambiental, nomeadamente a sustentabilidade do recurso utilizado como matéria-prima, o impacte ambiental do método de produção ou a reciclabilidade do produto, conduz a que a sua escolha estimule a promoção e o consumo de produtos compatíveis com o ambiente e, desta forma, os consumidores podem influenciar o comportamento dos produtores e decisores. Esta visão abriu uma oportunidade no sector das pescas de desenvolver programas de rotulagem ecológica privados, alguns dos quais encontraram um lugar no mercado (por exemplo, o rótulo «Sem Risco para os Golfinhos» ou o do «*Marine Stewardship Council*»). Em função deste debate, a CCE prepara-se para estabelecer requisitos mínimos para regimes facultativos de rotulagem ecológica.

¹¹ Os produtos com ecorrótulo europeu representam normalmente menos de 20% e, em alguns casos, até menos de 5% do mercado dos produtos, o que corresponde a uma parte limitada do mercado de determinado produto.

¹² O café, por exemplo, é produzido em poucos países mas tem um impacto ecológico mundial, afectando a floresta tropical. As empresas que seguem práticas éticas podem usar rotulagem que está na agenda política como, por exemplo, *Smithsonian Bird Friendly*, *Organic* e *Rainforest Alliance*.

Em Portugal, particularmente, as duas últimas décadas do século passado foram fecundas na criação e divulgação de símbolos e menções «verdes». Como se disse, alguns destes símbolos são objecto de enquadramento legal, com controlo e certificação apertados, ainda que outros sejam auto-promovidos pelos fabricantes, auto-certificados sem controlo pelas autoridades¹³. Para um consumidor não especializado na matéria não é fácil compreender o significado e medir o real impacte sobre o ambiente de um determinado produto ou embalagem que alegadamente pretende comprar.

Para compreender esta situação, a União Europeia promoveu um projecto financiado sobre símbolos ambientais de qualidade e de segurança. Nele participou o grupo de consumidores europeus (*Euroconsumers*), do qual fazem parte a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), a *Altroconsumo* italiana, a *Association Belge des Consommateurs* (ABC) e a *Organización de Consumidores y Usuarios* (OCU) espanhola. O projecto relativo aos símbolos ambientais envolveu três fases: inventário de símbolos mais utilizados em quatro categorias de produtos (pequenos electrodomésticos, têxteis, higiene pessoal e detergentes, artigos em papel, pilhas e tintas). Foi elaborado um questionário dirigido aos fabricantes e organismos certificadores e outro aplicado aos consumidores. A amostra envolveu 400 inquiridos, divididos equitativamente por cada categoria do estudo.

De acordo com a DECO (2005), «a falta de informação é generalizada e raramente o consumidor sabe o verdadeiro significado de um símbolo» (p. 31). Muitos consumidores já deram atenção a um determinado símbolo mas não compreendem o seu significado. Outros símbolos, porém, não apelam ao consumidor, passando despercebidos. Há símbolos que se encontram acompanhados de frases explicativas, tornando mais objectivo o seu significado, mas nem sempre são as mais adequadas. Ou seja, existem símbolos que apesar de apelativos (em forma, cor ou texto) não traduzem o que pretendem significar, uma vez que são objecto da invenção livre de uma determinada empresa sem controlo ou certificação para o seu uso (*e.g.*, a alegação «ecológico»). Outros, contudo, ainda que seriamente regulamentados, podem carecer de significado uma vez que o consumidor não consegue associar nenhuma mensagem correcta e adequada à imagem que visualiza (*e.g.*, rótulo europeu). Há, ainda, aqueles símbolos que, pela abundância da ocorrência da profusão, são profundamente reconhecidos, associados ao baixo impacte no ambiente mas que, efectivamente, não traduzem esses efeitos (*e.g.*, Ponto Verde). Apresentam-se no Anexo I os símbolos que utilizámos neste estudo e descrevemos o seu significado, condições de certificação, processo de controlo e respectivas implicações ambientais.

Face às técnicas actuais de *marketing*, em particular na concepção da embalagem, não se torna fácil adoptar no quotidiano comportamentos de compra ambientalmente correctos, porque é difícil decidir ou resistir a tentações. Muitas vezes não sabemos nem identificar nem onde encontrar produtos com rótulo ecológico; outras vezes não sabemos o significado da eficiência energética que é uma referência para a escolha de novos electrodomésticos. Amiúde deixamo-nos facilmente manipular por produtos «super-embalados», por embalagens unifamiliares (muitas vezes mais caras que as de maior dimensão) e por uma considerável quantidade de produtos descartáveis.

Como deveremos actuar, então, em termos ambientalmente responsáveis? Será preciso recordar que todos os produtos de consumo têm algum tipo de impacte ambiental, isto é, o seu ciclo de vida implica sempre degradação ou emissões nocivas que tanto podem ser resíduos, como poluição atmosférica, aquática ou dos solos. Assim sendo, considera-se que um produto é ecológico quando é concebido para gerar

¹³ Por exemplo, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica que, nos termos da sua lei orgânica aprovada pelo Decreto-Lei n.º 46/2004, de 3 de Março, é o serviço do Ministério da Economia com natureza de órgão de polícia criminal, que tem por missão garantir a legalidade da actuação dos agentes económicos, defender a saúde pública e a segurança dos consumidores, velando pelo cumprimento das normas legais que disciplinam as actividades económicas, através de uma actuação fiscalizadora e preventiva.

reduzidos impactes ambientais desde «o berço até ao túmulo». Pelas razões anteriormente aduzidas, é o rótulo ecológico aquele ícone que oferece a dupla garantia da qualidade do produto e da redução dos seus impactes, distinguindo-se claramente das múltiplas e imaginativas declarações ambientais de empresas que proclamam, tantas vezes de modo enganador, que o produto é «recarregável», «reciclável», «biodegradável», «ecológico» entre outros. O assunto da rotulagem continua moderno e actual. Este ano, por exemplo, nos dias 16 e 17 de Fevereiro, realizou-se no Centro de Congressos do Estoril a 1.ª Conferência Internacional de Turismo, Certificações Ambientais e Rótulos Ecológicos (ICTE 2006) que teve como objectivos clarificar as diferenças entre certificação de sistemas de gestão ambiental (EMAS, ISO 14001) e rótulos ecológicos e discutir a sua importância estratégica para a indústria do turismo, reunindo mais de 110 participantes de 12 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Suécia). De acordo com Simões (2004), há vantagem em impulsionar códigos de boas práticas, comprometendo-se os fabricantes a demarcar a informação com intuíto puramente comerciais da que obrigatoriamente deve constar do rótulo. O uso da língua portuguesa deverá ser generalizado nas menções de rotulagem. Mais e melhor informação acerca das vantagens da rotulagem homologada trará, certamente, muito proveito.

3. – PROBLEMA DE ESTUDO

Neste estudo partimos das seguintes interrogações:

- Qual é o significado atribuído pelos estudantes universitários aos rótulos alegadamente ecológicos dos produtos e embalagens comercializados em Portugal?
 - Em que medida a presença destes símbolos produz adequada significação (significado, certificação do produto, controlo)?
 - Qual é a influência destes símbolos no momento de decidir a sua compra?

Formulámos, com base em inferências feitas a partir da literatura consultada, as seguintes hipóteses:

- Os estudantes universitários desconhecem o verdadeiro significado da maioria dos rótulos alegadamente ecológicos em uso nos produtos e embalagens comercializados em Portugal, ainda que os tenham já identificado.
- Os estudantes universitários não conhecem se a utilização de determinados rótulos alegadamente ecológicos é objecto de certificação das empresas que os usam.
- Os estudantes universitários desconhecem se o uso de rótulos alegadamente ecológicos está sujeita a condições de controlo externo.
- Os estudantes universitários associam, incorrectamente, determinados símbolos alegadamente ecológicos com a preservação do ambiente.
- A presença de rótulos associados ao ambiente, nos produtos ou embalagens, é considerada importante no momento dos estudantes universitários decidirem acerca da compra.

4. – METODOLOGIA


Foram feitos dois estudos básicos com metodologias distintas. O primeiro consistiu na identificação dos símbolos mais comuns usados nas embalagens e nos produtos, que tivessem alguma relação, ou alegação, com o ambiente. O segundo foi um estudo com base num questionário elaborado propositadamente para o efeito pelos autores, aplicado a uma amostra de alunos universitários.

4.1. – Do Questionário

Pode dizer-se que a estrutura do questionário é constante em toda a sua extensão. Num primeiro momento, é apresentado um símbolo e procura-se saber se o aluno,

para além de o reconhecer, é capaz de indicar o seu significado. Seguem-se duas questões relativas à existência de condições de certificação e de um processo de controlo. Pergunta-se, depois, se a presença do símbolo em causa é garantia que o produto respeita as normas de preservação ambiental e, por último, se a sua decisão da compra é influenciada por esse ícone. Vejamos um exemplo:

3. – Considere o símbolo que se segue:

<p>3.1. – Já viu este símbolo em algum produto?</p> 	<p><input type="checkbox"/> Sim Indique, pf, dois exemplos de produtos que usem este símbolo.</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não me recordo</p>
<p>3.2. – Considera que este símbolo traz informação suplementar para o consumidor?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p>Qual o significado do símbolo?</p> <p><input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não me recordo</p>
<p>3.3. – Na sua opinião, a utilização deste símbolo está sujeita a condições de certificação?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Desconheço</p>
<p>3.4. – Considera que a utilização deste símbolo está condicionada por um processo de controlo?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Desconheço</p>
<p>3.5. – Parece-lhe que o produto que usa este símbolo respeita as normas de preservação ambiental?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Desconheço</p>
<p>3.6. – Considera que a presença deste símbolo num produto influencia a sua decisão no sentido de vir a comprá-lo?</p>	<p><input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Estou indeciso</p>

O questionário foi submetido à apreciação crítica de um painel de juízes, docentes universitários e técnicos de ambiente, cujos comentários foram levados em consideração para se construir a versão final. Um dos aspectos muito criticados disse respeito à extensão do questionário. Na verdade, o questionário tem 18 páginas em formato A4, o que constituiu, em alguns momentos, fonte de desânimo ou de desmotivação para responder. Mas, na prática, o questionário teve um tempo de resposta não muito demorado (cerca de 17 minuto). Ainda assim, face ao avultado número de símbolos que decidimos testar (25 símbolos) e ao *layout* que construímos para cada símbolo, e correndo os riscos apontados, optámos por um questionário com esta dimensão, dada também a grande quantidade de símbolos em uso.

4.2. – Da Amostra

O estudo incidiu sobre os alunos da Universidade de Évora. O primeiro critério que tivemos para a selecção da amostra de alunos foi identificar os cursos de licenciatura que apresentam alguma relação, ainda que ténue, com o ambiente e/ou com a educação ambiental. Foram escolhidos 8 cursos. A constituição da amostra é a que consta no Quadro 1, correspondendo a 3,34% do número total de alunos da Universidade de Évora. Os questionários foram passados entre Abril e Maio de 2006, na sua maioria com a presença de, pelo menos, um dos autores, em disciplinas que foram da conveniência destes por acordo prévio com o docente respectivo.

Quadro 1

Composição da amostra do estudo.

Curso de Licenciatura em	F	P
Biologia	9	4,0
Ciências do Ambiente	5	2,2
Educação de Infância	93	41,2
Engenharia Alimentar	9	4,0
Engenharia Biofísica	7	3,1
Ensino de Biologia e Geologia	25	11,1
Ensino Básico - 1.º Ciclo	43	19,0
Química e Física - Ramo de Ensino	35	15,5
	N = 226	N= 100,0

A distribuição dos alunos inquiridos pelos anos¹⁴ de frequência do curso apresenta-se no Quando 2.

Quadro 2

Composição da amostra do estudo em função do curso e do ano de frequência.

Curso de Licenciatura em	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	F	P
Biologia	1	7	-	-	-	8	3,70
Ciências do Ambiente	-	-	-	2	3	5	2,31
Educação de Infância	31	19	30	9	-	89	41,20
Engenharia Alimentar	-	-	-	7	1	8	3,70
Engenharia Biofísica	-	2	-	-	5	7	3,24
Ensino de Biologia e Geologia	-	-	-	6	17	23	10,65
Ensino Básico - 1.º Ciclo	7	8	14	12	-	41	18,98
Química e Física - Ramo de Ensino	3	5	10	5	12	35	16,20
F	42	41	54	41	38	N = 216 (a)	100,0








(a) Missing = 10.

As informações recolhidas foram introduzidas no *SPSS for Windows 13.0* e realizados os testes de estatística descritiva considerados necessários. As perguntas de resposta aberta sofreram um processo de tratamento de conteúdo.









5. - RESULTADOS E SUA DISCUSSÃO







Os resultados obtidos com as perguntas de resposta fechada, e o seu respectivo tratamento estatístico, apresentam-se no Anexo II.

Numa primeira análise, observamos que a maioria dos símbolos é, na verdade, identificada pelos inquiridos em determinados produtos ou embalagens. Os símbolos

mais vistos são, a saber,  (85,8%) e  (85,0%), seguidos dos símbolos dos ecopontos ( - 81,9%;  - 81,4%). Os símbolos  e  (0,9% *ex aequo*), 

¹⁴ Este aspecto, o de sabermos, com precisão, o número de alunos inscritos na Universidade de Évora no ano lectivo de 2005/2006, constituiu um sério obstáculo. Na verdade, os critérios dos Serviços Académicos para colocar os alunos em determinado ano de um curso são profundamente subjectivos, sendo muito complicado saber-se se um aluno atribuído a um determinado ano do curso está também, ou não, a frequentar disciplinas de outros anos. Por isso, não devemos considerar como fiável os anos de frequência que os alunos apresentam como resposta, porque os próprios respondentes tiveram dúvidas, em alguns casos, em optar, nem a relação que os Serviços Académicos apresentam. Pautemo-nos, antes, por uma aproximação e pela exactidão do curso que frequentam.

(2,2%),  (2,7%),  (3,1%),  (7,1%),  (8,4%) e  (8,8%) foram, de uma maneira geral, os menos vistos pelos inquiridos. Para além destes, os símbolos  , ,

, , , , , ,  foram reconhecidos por menos de metade dos respondentes.

Ou seja, podemos daqui inferir, que os símbolos mais em uso em produtos ou embalagens, e portanto os mais detectados, são precisamente aqueles que menor relevo e importância apresentam para a preservação do ambiente, uma vez que não traduzem o baixo impacto sobre o ambiente. Dizem respeito à orientação do consumidor para depositar adequadamente os resíduos e à informação de que a empresa que colocou o produto no mercado participa no processo de gestão dos resíduos de embalagem, sem que isso signifique que os resíduos sejam, efectivamente, reciclados. São precisamente os ecorrótulos, aqueles que traduzem que um produto é concebido, desde o «berço até ao túmulo», para provocar menos impactes ambientais, os menos reconhecidos, talvez por serem, ainda, os menos usados com menor probabilidade de ocorrência¹⁵.




Por outro lado, uma vez identificados os quatro símbolos mais vistos, os inquiridos consideram que a sua presença num produto ou embalagem traz informação suplementar acerca dos mesmos. Nos símbolos menos vistos, a maior opção recai na resposta «não me recordo».




Numa segunda análise, agora mais fina, percebe-se que, muito embora o símbolo seja de uso comum, e se creia que a sua presença é pertinente trazendo novas informações, na verdade os inquiridos desconhecem o seu verdadeiro significado. Para determinados símbolos, alguns respondentes atribuem significações rocambolescas

como os exemplos que se seguem:  - Não contribui para o aumento do buraco














negro;  - Para consumo dos animais;    - Nível de qualidade da água;

 - Produto degradado pelo ambiente, sem necessidade de intervenção do

homem;  - Espalmar o papel;  - Não deitar CDs para o lixo;  - Caixote do lixo; entre outros. Relativamente a este último símbolo, que é precisamente idêntico ao

   (com excepção da indicação percentual), notamos com estranheza que o seu significado seja percebido por 29,6% dos inquiridos, enquanto este acompanhado de 65% só seja entendível por 0,5% dos respondentes.

Temos, assim, inúmeros rótulos que muita gente já viu mas que não sabe o que significam. Os respondentes, contudo, estão convencidos que conhecem o seu significado uma vez que o descreveram e não optaram pela resposta «não me recordo», e rótulos que por terem sido vistos tão poucas vezes ninguém sabe o seu

significado: , , , , ,  (0% *in ex aequo*) e     (0,5% *in ex aequo*). Consequentemente, foram estes últimos símbolos que congregaram mais de metade das respostas «não me recordo», juntamente com os rótulos , , e .

¹⁵ Recordemos que os produtos com ecorrótulo europeu representam entre 5-20% do mercado de produtos.

Os respondentes afirmam, por outro lado, que a maior parte dos símbolos têm processos de certificação e de controlo quando, pelo que se viu no Anexo I, na sua maioria estão ausentes, o que vem confirmar as suas crenças em determinadas garantias que os rótulos oferecem, que não são mais do que isso mesmo. Nos Gráfico 1 e 2 representam-se os resultados no que diz respeito a já se ter visto o símbolo e ao conhecimento do seu significado e comparam-se com os do estudo realizado pelos *Euroconsumers*, em particular com aqueles que dizem respeito a Portugal.

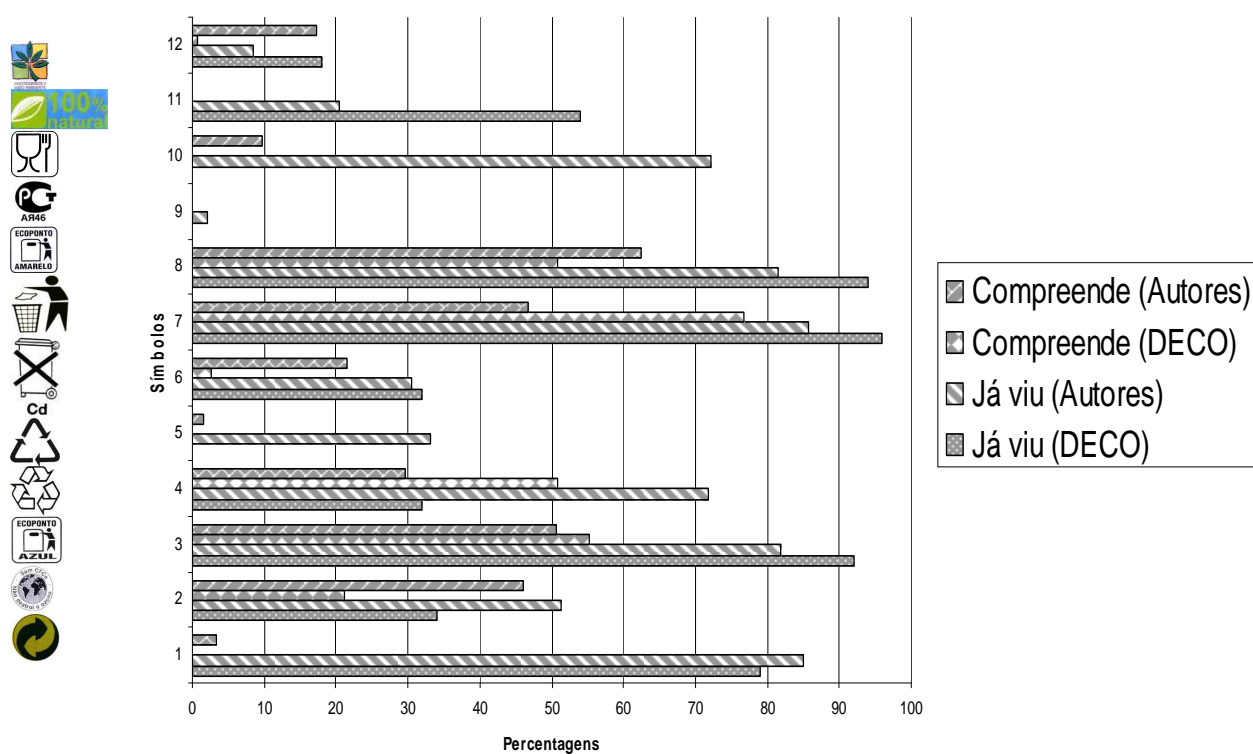


Gráfico 1. Resultados obtidos neste estudo relativamente ao «Já viu» e «Compreende», comparados com os do estudo realizado pelos *Euroconsumers*, relativamente aos 12 primeiros símbolos do questionário

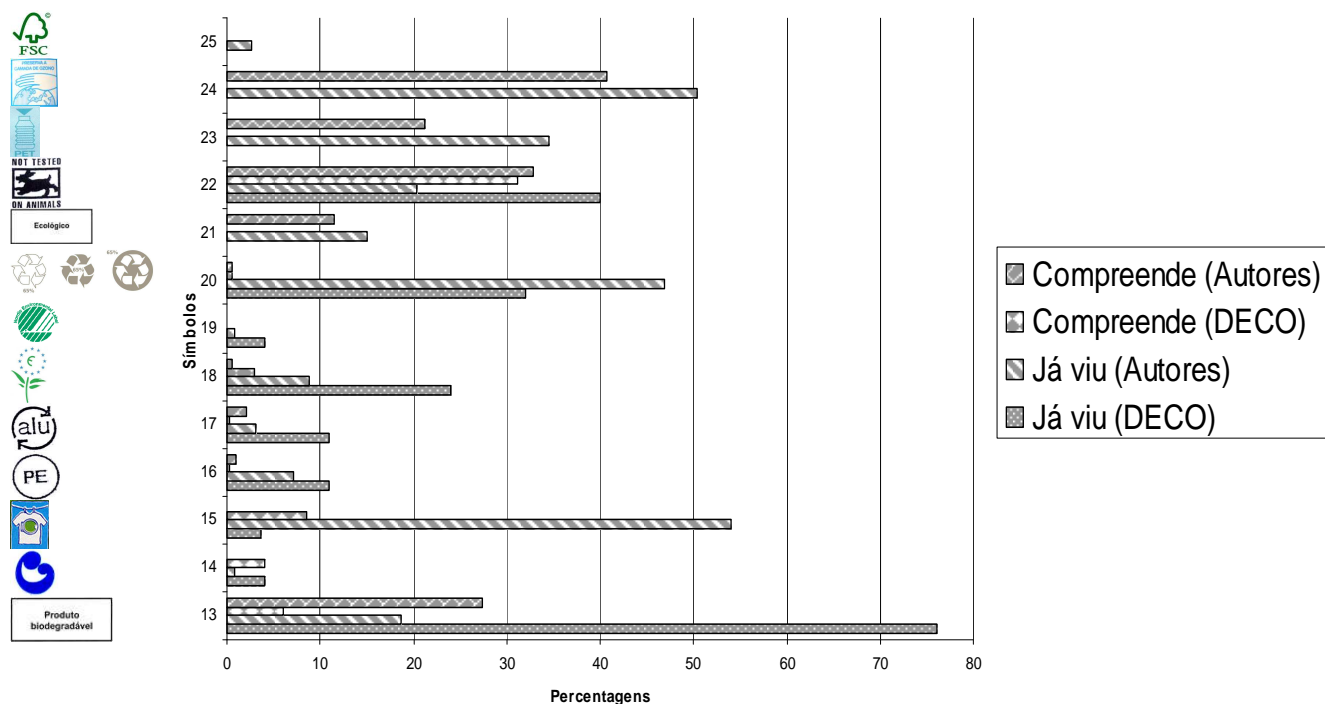


Gráfico 2. Resultados obtidos neste estudo relativamente ao «Já viu» e «Compreende», comparados com os do estudo realizado pelos *Euroconsumers*, relativamente aos 13 últimos símbolos do questionário.

Relativamente ao baixo impacto no ambiente dos produtos ou embalagens que ostentam determinados rótulos, as respostas dos inquiridos oscilam entre a afirmação clara que esses símbolos traduzem a preservação do ambiente e o desconhecimento acerca desses mesmos processos. A média das respostas «desconheço», relativamente

aos rótulos testados, é de 51%. Apenas os símbolos e congregam opiniões acima dos 75% de concordância sobre a preservação do ambiente que traduzem. Uma vez que o significado dos símbolos que traduzem processos mais ecológicos no ciclo de vida de um produto é desconhecido, são precisamente os mesmos que receberam respostas «desconheço» quanto à preservação ambiental. Estes dados vêm confirmar as quatro primeiras hipóteses que formulámos para esta investigação.

Por fim, os inquiridos afirmam que se encontram indecisos acerca da influência da maior parte dos símbolos sobre a sua decisão de compra. O estudo realizado pelos *Euroconsumers* revelou que cerca de 70% dos inquiridos, no momento da compra, atribuíam bastante importância à presença de rótulos ambientais nos produtos (DECO, 2005). Nos resultados que obtivemos verifica-se que a presença do rótulo não é determinante para decidir acerca da compra. São particularmente os símbolos que não traduzem os processos de preservação ambiental que parecem influenciar mais a

decisão da sua preferência no momento da escolha: (35,8%), (40,3%)

(41,2%), (44,2%), (46,9%) e (51,8%). A média das respostas «estou indeciso», relativamente aos rótulos testados, é de cerca de 42%. Não se confirma, desta forma, a última hipótese que formulámos para este estudo.

Em síntese, os símbolos mais úteis no momento da compra, que garantem que um produto, comparativamente com os seus pares, tem um baixo impacto ambiental durante o seu ciclo de vida, são aqueles menos vistos pela amostra de alunos universitários, sem que se conheça o seu significado, acabando por exercer uma muito reduzida influência na altura da decisão para a compra. Outros símbolos, porém, são erradamente valorados e atribuídas responsabilidades que não apresentam. Por fim, encontram-se rótulos acompanhados de frases explicativas (*e.g.*, produto natural, sem

CFC, biodegradável, etc.), de autoria de empresas específicas, sem correspondente certificação ou controlo daquilo que afirmam. Dir-se-ia, em breve palavras, que assistimos neste momento ao «rotulocaos».

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num mundo em que o consumo de bens aumenta de forma vertiginosa, confrontamo-nos diariamente com o grande problema de como limitar os impactes deste consumo no ambiente. Na maior parte das vezes, não é fácil adoptar no quotidiano comportamentos de compra ambientalmente correctos. Isto porque, muitas vezes não sabemos nem identificar nem onde encontrar produtos «amigos do ambiente», não conhecemos o significado da eficiência energética que deverá ser equacionada para a escolha de novos electrodomésticos, deixamo-nos facilmente manipular por produtos super-embalados, por embalagens individuais e por uma considerável quantidade de produtos descartáveis que nos facilitam muito a vida.

Actualmente comprar um produto que contribui ou não para a prevenção do ambiente vai muito além de simplesmente optar pelos que utilizam embalagens recicláveis. É importante não esquecer que todos os produtos de consumo têm impacte ambiental e um produto ecológico é aquele que é concebido para provocar menores impactes ambientais ao longo do seu ciclo de vida, deste a produção até à sua eliminação.

Deveremos estar atentos, no entanto, às afirmações ambientais de empresas que proclamam, tantas vezes de modo enganador, que o produto ou a embalagem é «recarregável», «reciclável», «biodegradável», dando origem a uma infinidade de símbolos, que em muitos casos não correspondem a nenhuma vantagem ambiental efectiva, correspondendo mesmo a símbolos económicos (como por exemplo o símbolo «Ponto Verde» tantas vezes associado pelos consumidores de que a embalagem que o possui é reciclável ou, ainda pior, chegarem a pensar que é reciclada) ou identificações do material do qual a embalagem foi produzida.

Na verdade, há um significativo número de rótulos ecológicos criados em diferentes países, para diferentes grupos de produtos. No final do ano 2002, aproximadamente 10 000 produtos estavam incluídos pelos sistemas de rótulos nacionais Europeus, ou mesmo pelo rótulo Europeu (*EU-flower*). Num estudo desenvolvido na Alemanha, em 2004, cerca de 83% dos consumidores conheciam o rótulo ecológico alemão (Anjo Azul). O Anjo Azul era importante na sua decisão de compra para 49% dos inquiridos (Karsten Schischke, Marcel Hagelüken, Gregor Steffenhagen, citados em Simões, 2004). Entre os estudantes universitários, com se viu no nosso estudo, apenas 8,8% identificava o *EU-flower*, sem que ninguém soubesse o seu significado. Cerca de 53% dos estudantes ficaram indecisos acerca da influência deste ecorrótulo no momento de decidir a compra de um produto.

Os ecorrótulos são importantes, de acordo com Simões (2004), não apenas para os consumidores privados, mas também o são na decisão de compra no enorme sector de compras públicas, no qual as propriedades ambientais dos produtos desempenham um papel significativo. O preço, a funcionalidade e o nível de serviço estão no topo das decisões de compra, contudo, o factor «ecológico» pode ser o argumento adicional que decide em favor de determinada escolha. Questionados sobre a sua disponibilidade para pagar mais por um produto com características mais amigáveis para o ambiente, 10% dos consumidores alemães responderam «sem dúvida que sim», sendo que outros 53% se encontram disponíveis para pagar mais, de acordo com o estudo realizado pela *German Federal Environmental Agency*. Isto não significa que os produtos ambientalmente concebidos sejam necessariamente mais caros, de facto eles podem ser mais baratos, especialmente tendo em conta todos os custos do ciclo de vida.

Um dos casos de sucesso dos ecorrótulos é o *Energy Star* (Figura 3), que garante que os equipamentos informáticos têm mecanismos de eficiência energética, por exemplo,

modo economizador de energia. Quando o Governo Federal dos EUA decidiu comprar exclusivamente computadores certificados com este rótulo ecológico houve uma adesão quase total do mercado ao cumprimento dos critérios deste rótulo. Os benefícios ambientais alcançados foram muito significativos, com uma redução no consumo de energia eléctrica de 200 biliões de kWh, entre 1995 e 2004.



Figura 3. Energy Star.

Este estudo demonstrou que existe actualmente uma grande confusão e uma grande dificuldade por parte dos estudantes universitários no que se refere à rotulagem das embalagens que temos ao nosso dispor, principalmente devido a mistura de referências obrigatórias com alusões promocionais, muitas vezes consoante a vontade do fabricante, sem que se compreenda o seu significado, situação que designámos de «rotulocaos». Poderão surgir inclusivamente referências à qualidade ou preservação ambiental em que não há regulamentação e onde a sua comprovação é muito difícil. Do nosso ponto de vista, existe uma grande necessidade da criação de regulamentos comunitários sobre este tema. O nosso mercado tem actualmente inúmeras embalagens fabricadas fora do país. Tal legislação permitiria impor algumas normas aos fabricantes, principalmente no que diz respeito ao fraccionamento da informação com um objectivo estritamente comercial da que obrigatoriamente deve constar do rótulo. Para além disso, vimos como absolutamente necessário que se promovam e realizem campanhas de sensibilização da população para as vantagens na leitura e compreensão dos rótulos das embalagens. Assume particular relevo a disponibilidade em papel e *on-line* de informação sobre estes aspectos, quer seja por parte do Instituto do Consumidor, quer seja por iniciativa das autarquias e das associações de comerciantes e de empresários, e a realização de intervenções educativas nesta área. Em estudos posteriores, importará estabelecer correlações entre as crenças dos estudantes universitários e as suas efectivas tomadas de decisão acerca dos produtos que ostentam determinada rotulagem.

Mais e melhor informação só poderá trazer ao cidadão europeu, como se sabe, melhor capacidade para avaliar as situações e, *compos sui*, para tomar as decisões mais adequadas à circunstância específica do local e do momento.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, G. (1991) - *Ensino da Geologia*, Lisboa, Universidade Aberta.
- ANMP- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (2006) - *Portugal Agenda 21 Local, Criar Comunidades Sustentáveis*. Arquivo capturado em Setembro, 26, 2006, disponível a partir de <http://www.agenda21local.info/>
- APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO (2005) - *Certificação de Sistemas de Gestão Ambiental*. Arquivo capturado em Outubro 17, 2006, disponível em <http://www.apcer.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=7>
- BASTIEN, J. (1986) - Quechua Religions: Andean Cultures, in M. Eliade (ed.), *Encyclopedia of Religion*, New York, Macmillan, Nueva York, pp. 134-142.
- BECK, U. (2002) - ¿La Sociedad del Riesgo Global como Sociedad Cosmopolita? Cuestiones Ecológicas en un Marco de Incertidumbres Fabricadas, in *La Sociedad de Riesgo Global*, Madrid, Siglo XXI, pp. 29-73.
- BORGES, A. (2006, 8 de Outubro) - É Preciso Respeitar a Biosfera, *Diário de Notícias*, 50 230(142), p. 9.

- BRUNTLAND, G. (Ed.) (1987) - *Our Common Future: The World Commission on Environment and Development*, Oxford, Oxford University Press.
- CASANOVA, A. (2004) - *Instrumentos Voluntarios: Ecoetiquetas, EMAS, ISO 14001*, Sanxexo, Dirección General de Desarrollo Sostenible de la Xunta de Galicia.
- CE - COMISSÃO EUROPEIA (2001) - *Decisão da Comissão de 21 de Dezembro de 2001 que estabelece o Plano de Trabalho Comunitário relativo ao Rótulo Ecológico*, 2002/18/CE.
- CE - COMISSÃO EUROPEIA (2006, 14 de Junho) - *Decisão da Comissão de 9 de Fevereiro de 2006 que estabelece o Plano de Trabalho do Rótulo Ecológico Comunitário*, *Jornal Oficial da União Europeia*, L 162, pp. 78-90.
- CE - COMISSÃO EUROPEIA (2003, 27 de Julho) - *Recomendação da Comissão de 10 de Julho de 2003 relativa a Orientações para a Aplicação do Regulamento (CE) n.º 761/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, que Permite a Participação Voluntária das Organizações num Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) no que se Refere à Selecção e Utilização de Indicadores de Desempenho Ambiental*, *Jornal Oficial da União Europeia*, L 184, pp. 19-31.
- CCE - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1992, 11 de Abril) - *Regulamento (CEE) do Conselho n.º 880/92, de 23 de Março de 1992, relativo a um Sistema Comunitário de Atribuição de Rótulo Ecológico*, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 99, p. 1-7.
- CCE - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1999, 17 de Março) - *Decisão 1999/205/CE da Comissão, de 26 de Fevereiro de 1999, que Estabelece os Critérios Ecológicos para a Atribuição do Rótulo Ecológico Comunitário aos Computadores Pessoais*, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 70, p. 46.
- CCE - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2000, 21 de Setembro) - *Regulamento n.º 1980/2000 do Conselho, de 17 de Julho de 2000, Relativo a um Sistema Comunitário Revisto de Atribuição de Rótulo Ecológico*, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 237, p. 1).
- CCE - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001a) - *Livro Verde. Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas (apresentado pela Comissão)*, Bruxelas, CCE.
- CCE - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001b) - *Comunicação Interpretativa da Comissão sobre o Direito Comunitário Aplicável aos Contratos Públicos e as Possibilidades de Integrar Considerações Ambientais nos Contratos Públicos*, Bruxelas, CCE.
- CCE - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2002) - *Proposta alterada de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho Relativa à Coordenação dos Processos de Adjudicação de Fornecimentos Públicos, de Prestação de Serviços Públicos e de Empreitadas de Obras Públicas (apresentada pela Comissão em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 250.º do Tratado CE)*, Bruxelas, CCE.
- CCE - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2005) - *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu. Lançamento de um Debate sobre a Abordagem da Comunidade em Matéria de Programas de Rotulagem Ecológica dos Produtos da Pesca*, Bruxelas, CCE.
- CETESB - COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (2006) - *Lei Estadual n.º 11.977, de 25 de Agosto de 2005*. Arquivo capturado em Outubro 18, 2006, disponível em http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/estadual/leis/2005_Lei_Est_11977.pdf
- CONSELLERIA DE MEDI AMBIENT (2004) - *Las Buenas Prácticas Medioambientales en los Mercados*, Valência, Generalitat Valenciana.
- DECO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR (2005) - *Símbolos e Alegações Ecológicas*, *Proteste*, 256, pp. 30-34.
- DECO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR (2006) - *Procura o Significado de um Símbolo ou Alegação em Produtos*. Arquivo capturado em Março 16, 2006, disponível em <http://www.deco.proteste.pt/default.aspx?show=132341&src=405231>

- DGFCQA - DIRECÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DA QUALIDADE ALIMENTAR (2005) - *Embalagens e Outros Objectos Destinados a Entrar em Contacto com Géneros Alimentícios*, Arquivo capturado em Outubro 17, 2006, disponível em http://www.min-agricultura.pt/oportal/extcnt/docs/FOLDER/PROT_TEMAS/F_ALIMENTACAO/DOCS/EMBAL_1.HTM
- EAD - ENERGIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (2006) - *Desenvolvimento Sustentável*. Arquivo capturado em Setembro 28, 2006, disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/sustentavel.html>
- EUR-LEX (2002) - *Relatório da Comissão sobre os Resultados Obtidos no Período de 1996-2000 pela Aplicação da Recomendação da Comissão 98/480/CE, de 22 de Julho de 1998, Relativa a um Código de Boa Prática Ambiental Respeitante aos Detergentes para a Roupas de Uso Doméstico*. Arquivo capturado em Outubro 17, 2006, disponível em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2002/com2002_0287pt01.pdf
- GRP - GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2006, 15 de Maio) - *Responsabilidade social das empresas: complemento ou sucedâneo do Estado social*. Arquivo capturado em Julho 12, 2006, disponível em <http://www.ceger.gov.pt/>
- FCS - FOREST STEWARDSHIP COUNCIL (2003) - *Sobre a FCS*. Arquivo capturado em Outubro 18, 2006, disponível em http://www.fsc.org/esp/que_es_fsc
- IA - INSTITUTO DO AMBIENTE (2006) - *EMAS*. Arquivo capturado em Outubro 17, 2006, disponível em http://www.iambiente.pt/portal/page?_pageid=73,408080&_dad=portal&_schema=PORTAL&actualmenu=10141068&docs=10139018&cboui=10139018&menu_childmenu=10141003
- IC - INSTITUTO DO CONSUMIDOR (2001) - *Rótulo Ecológico com Novas Regras, Saber Viver*, 110.
- IC - INSTITUTO DO CONSUMIDOR (2005) - *O Essencial sobre a Rotulagem*, Arquivo capturado em Julho 11, 2006, disponível em http://www.consumidor.pt/pls/ic/doc?id=5280&p_acc=0&plngua=1
- ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (2006a) - *ISO 14021:1999 - Environmental Labels and Declarations - Self-Declared Environmental Claims (Type II Environmental Labelling)*. Arquivo capturado em Outubro 12, 2006, disponível em <http://www.iso.org/iso/en/CatalogueDetailPage.CatalogueDetail?CSNUMBER=23146>
- ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (2006b) - *ISO 11469:2000 - Plastics - Generic Identification and Marking of Plastics Products*. Arquivo capturado em Outubro 12, 2006, disponível em <http://195.141.59.67/iso/en/CatalogueDetailPage.CatalogueDetail?CSNUMBER=27946&scopelist=CATALOGUE>
- ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (2006c) - *ISO 14001:1996 - Environmental Management Systems - Specification with Guidance for Use*. Arquivo capturado em Outubro 17, 2006, disponível em <http://www.iso.org/iso/en/CatalogueDetailPage.CatalogueDetail?CSNUMBER=23142&ICS1=13&ICS2=20&ICS3=10>
- ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (2006d) - *ISO 14024:1999 - Environmental Labels and Declarations -- Type I Environmental Labelling -- Principles and Procedures*. Arquivo capturado em Outubro 17, 2006, disponível em <http://www.iso.org/iso/en/CatalogueDetailPage.CatalogueDetail?CSNUMBER=23145>
- ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (2006e) - *ISO 14020:1998 - Environmental Labels and Declarations -- Type I Environmental Labelling -- Principles and Procedures*. Arquivo capturado em Outubro 17, 2006, disponível em <http://www.iso.org/iso/en/CatalogueDetailPage.CatalogueDetail?CSNUMBER=23145>

- LPDA - LIGA PORTUGUESA DOS DIREITOS DO ANIMAL (2006) - *Declaração Universal dos Direitos do Animal*. Arquivo capturado em Outubro 18, 2006, disponível em <http://www.lpda.pt/legislacao/duda.htm>
- NSSD - NATIONAL STRATEGIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (2003) - *NSSD*, Arquivo capturado em Setembro 28, 2006, disponível em <http://www.nssd.net/>
- OLIVEIRA, V. (2000) - *Do Efeito de Estufa às Alterações Climáticas: Fundamentos para uma Intervenção Educativa*, Tese de doutoramento inédita, Universidade de Évora, Évora.
- OLSCHEWSKI, P. (2000) - Code of Good Environmental Practice, *Tenside, Surfactants, Detergents*, 37(1), 51-52.
- PINTO, M. (2002) - Rótulos Ecológicos. A Experiência da Comunidade Europeia, *Revista do Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Empresas Verdes*. Arquivo capturado em Julho 11, 2006, disponível em <http://www.ambiente.gov.mo/portugues/07/lotus20/12017.asp>
- RITCHIE, M. (2003) - *Poder de Adquisición*, Ciudad del México, Instituto de Política Agrícola y Comercial.
- SANTOS, P. (2006, 17 de Fevereiro) - DGT: Certificação Ambiental é Preciosa, mas Proliferação pode Descredibilizá-la, *Público*.
- SCHISCHKE, K., HAGALÜKEN, M. e STEFFENHAGEN, G. (2004) - *Introdução às Estratégias de Ecodesign - Porquê e Como*, EcoDesignARC.
- SIMÕES, A. (2004) - *Rotulagem Ecológica*. Arquivo capturado em Julho 11, 2006, disponível em [Sim%F5es%20\(2004\)%20Rotulagem%20Ecol%F3gica.pdf](http://www.simoes.pt/2004/20Rotulagem%20Ecol%F3gica.pdf)
- SPV - SOCIEDADE PONTO VERDE (2006) - *Valores de Contrapartida*. Arquivo capturado em 12 de Outubro, 2006, disponível em <http://www.pontoverde.pt/seccao.aspx?sid=37dbc060-c15b-4e34-8c14-73702aab5ff4&cntx=%2B0%2BRadcPSnwOv2rCxasS9NHxg77yPmiaMWDXY2mzyovo4CFS5mBkGymt3lrpdo4>
- THE SWAN (2006) - *Creating the Future Now*. Arquivo capturado em Outubro 17, 2006, disponível em <http://www.svanen.nu/Eng/>
- UN - UNITED NATIONS (1987) - *Report of the World Commission on Environment and Development* 42/187. Arquivo capturado em Setembro 28, 2006, disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>
- UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATION, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (2002) - *Sustainable Development*. Arquivo capturado em Setembro 28, 2006, disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=1216&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- UNAV - UNIVERSIDAD DE NAVARRA (2006) - *Club de Gestión Medioambiental*. Arquivo capturado em Julho 11, 2006, disponível a partir de <http://www.unav.es/econom/alumnos/clubes/clubes2.html>
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION (1998) - *Message from the Director-General. The World Health Report 1998*. Arquivo capturado em Dezembro 18, 1998, disponível a partir de <http://www.who.int/whr/1998/message.htm>

ANEXO I

SÍMBOLOS ÚTEIS NO MOMENTO DA COMPRA

RÓTULO ECOLÓGICO



SIGNIFICADO

Este símbolo corresponde ao Rótulo Ecológico Europeu ou Ecorrótulo Europeu, conhecido por *Eco-Label Flower*. É um símbolo de uso voluntário, selectivo, com atribuição multicriterial e independente e de dimensão europeia. Trata-se de uma etiqueta aplicável a produtos que, comparativamente aos seus pares, têm um impacto ambiental reduzido durante o seu ciclo de vida, ou seja, produtos que respeitam o ambiente. Os critérios para aplicação deste símbolo estão definidos para várias categorias de 24 produtos: Qualidade do ar; Qualidade da água; Protecção dos solos; Redução de resíduos; Poupança de energia; Gestão de recursos naturais; Prevenção do aquecimento do planeta; Protecção da camada de ozono; Segurança ambiental; Ruído; Biodiversidade. Os primeiros a serem definidos foram para as máquinas de lavar roupa e loiça em 1993. Não se encontram abrangidos por este símbolo os alimentos, as bebidas e os medicamentos. O sistema de atribuição do Rótulo Ecológico é baseado no Regulamento (CEE) n.º 880/92 do Conselho, de 23 de Março. Este diploma foi modificado pelo Regulamento (CE) n.º 1980/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Julho. A atribuição do rótulo é válida por 3 anos. O seu uso é voluntário, ainda que tenha sido aprovado oficialmente na União Europeia, na Noruega, no Liechtenstein e na Islândia. Grupos e Produtos com Critérios recentemente publicados (2005/2006): Parques de Campismo; Lubrificantes; Detergentes para Lavagem Manual de Louça (revisão dos critérios existentes); Produtos de Limpeza «Lava Tudo» e Produtos de Limpeza para Instalações Sanitárias (revisão dos critérios existentes); Computadores Pessoais (revisão dos critérios existentes); Computadores Portáteis (revisão dos critérios existentes). Grupos de Produtos com Critérios cujo prazo de validade foi prorrogado por um ano: Calçado; Lâmpadas Eléctricas; Máquinas de Lavar Louça; Máquinas de Lavar Roupa; Revestimentos rígidos para o chão; Televisões. Grupos de Produtos com Critérios em Desenvolvimento: Bombas de Calor; Colchões (revisão dos critérios existentes); Correctivos de Solos e Suportes de Cultura (revisão dos critérios existentes); Frigoríficos (revisão dos critérios existentes); Mobiliário; Papel Tissue (revisão dos critérios existentes); Produtos Impressos de Papel; Produtos Têxteis (revisão dos critérios existentes); Sabonetes e Champôs; Televisões (revisão dos critérios existentes).

CERTIFICAÇÃO

Em Portugal o organismo responsável pela atribuição do rótulo ecológico é a Direcção-Geral da Empresa do Ministério da Economia e da Inovação. O processo de atribuição desenvolve-se em duas fases: a empresa interessada preenche um formulário de candidatura e fornece todos os elementos e ensaios necessários à comprovação de que o seu produto cumpre os critérios ecológicos e de desempenho. Num segundo momento, a candidatura é avaliada pelo organismo e, se verificar que os critérios ecológicos e de desempenho se encontram cumpridos, informa a Comissão Europeia da atribuição. A partir daí os produtos poderão ostentar o rótulo ecológico e ser vendidos e reconhecidos em toda a União Europeia. A Comissão Europeia publicita a atribuição do rótulo a um determinado produto no seu sítio na *web* do rótulo ecológico (<http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/>).

CONTROLO

São feitas inspecções regulares, sem aviso prévio, quer pela DGE ou por outra entidade designada.

CISNE NÓRDICO



SIGNIFICADO

Este símbolo é conhecido pelo «Cisne Nórdico» (*The Nordic Swan*). É um símbolo ecológico oficial dos países nórdicos da Europa (Noruega, Suécia, Finlândia, Islândia e Dinamarca), criado em 1989 pelo *Nordic Council of Ministers* (os cinco países nórdicos e as três regiões autónomas de Groenlândia, ilhas Feroe e ilhas de Aland). Tem aplicação a cerca de 60 grupos de produtos e requer o cumprimento de critérios específicos, nomeadamente quanto às características de preservação ambiental durante a produção, a sua utilização e a deposição. É atribuído pelo *Nordic Council of Ministers*. Actualmente, o «Anjo Azul» (em baixo) - «*Die Blaue Schwalbe*» (símbolo ecológico alemão, o mais antigo do mundo) e o «Cisne Nórdico» desenvolvem critérios centrais comuns.

CERTIFICAÇÃO

Os produtos certificados com o «cisne nórdico» devem reduzir o impacte ambiental ocasionado durante o seu ciclo de vida, desde a matéria-prima até depósito. Para além disso, os produtos devem apresentar qualidade e critérios de rendimento elevados.

CONTROLO

São feitas inspecções regulares, sem aviso prévio, quer pela DGE ou por outra entidade designada.

FOREST STEWARDSHIP COUNCIL



SIGNIFICADO

Este símbolo identifica produtos que têm na sua composição madeira ou seus derivados (*e.g.*, celulose ou cortiça) com origem em florestas geridas de forma correcta e responsável, de acordo com rígidos padrões ambientais, sociais e económicos. Este rótulo assegura que a floresta, a partir da qual o material é retirado, é controlada de forma independente, de acordo com os *Principles and Criteria of Good Forest Stewardship* definidos pelo *Forest Stewardship Council* (FSC, 2006), criado em 1993 no Canadá. Esta associação não-governamental assegura o controlo da origem da madeira dos produtos, co-participada pelas partes interessadas. Esta certificação é voluntária, não existindo legislação vinculativa para além das normas do FSC, e é válida por um período de 5 anos.

CERTIFICAÇÃO

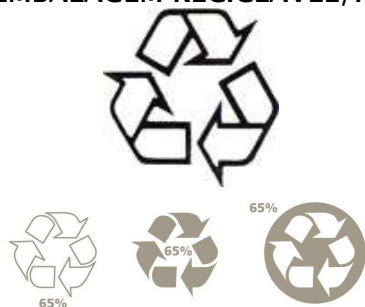
A presença deste símbolo num produto certifica a continuidade da floresta de origem do material, de acordo com as normas do FSC. A floresta é controlada e certificada de acordo com os princípios e critérios de boa gestão florestal. As certificações são atribuídas por entidades de certificação apropriadas de acordo com as normas do FSC.

CONTROLO

São realizados testes periódicos na linha de produção pelas entidades

certificadoras. Os processos e documentos também são avaliados para evitar um uso inapropriado do símbolo. As inspecções são feitas, no mínimo, uma vez por ano.

EMBALAGEM RECICLÁVEL/RECICLADA



SIGNIFICADO

Este símbolo tem um significado ambiental, sendo conhecido pelo «Triângulo de Moebius». Utiliza-se para indicar um de dois significados. Por um lado indica que a embalagem ou produto são recicláveis e, por outro, que são feitos com material reciclado. Neste último caso pode ainda aparecer expressa a percentagem de material reciclado usado. Quando ausente subentende-se que a embalagem é 100% feita de material reciclável. Em Portugal não existe distinção entre reciclável e reciclado, pelo que o uso deste símbolo, sem qualquer inscrição, deve significar que a embalagem é reciclável. É neste último sentido que algumas empresas inscrevem por debaixo do símbolo a expressão «embalagem reciclável». As três setas podem ser interpretadas como um ciclo de um produto: consumo da embalagem; colocação da embalagem no ecoponto; indústria recicladora.

CERTIFICAÇÃO

Não existe propriamente um processo de certificação para a utilização deste símbolo. Os requisitos para o seu uso e aplicação encontram-se na norma internacional ISO 14021:1999 (ISO, 2006a).

CONTROLO

Não está sujeito a processo de controlo.

NÃO TESTADO EM ANIMAIS



SIGNIFICADO

Este símbolo pretende afirmar, genericamente, que não foram realizados testes do produto e dos seus componentes em animais. Trata-se de um símbolo resultado da pressão de movimentos que visam estimular empresas que não praticam esses testes nem utilizam elementos de origem animal nos seus produtos a inscreverem nos seus rótulos «*not tested in animals*». Em Portugal não existe legislação específica para este assunto nem há uma declaração oficial acerca do significado de «*not tested in animals*». Existe a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal que representa o *Eurogroup for Animal Welfare*, que por sua vez representa 15 países da União Europeia. O *Eurogroup* tem também poder consultivo no Conselho da Europa, e fornece secretariado para o Intergroup do Bem-Estar e Conservação de Animais no Parlamento Europeu. A Declaração Universal dos Direitos do Animal foi adoptada pela Liga Internacional dos Direitos do Animal e das Ligas Nacionais filiadas, tendo sido aprovada pela UNESCO, em 1978 e posteriormente pela ONU (LPDA, 2006). Em Novembro de 2002 a União Europeia aboliu os testes cosméticos em animais, entrada em vigor esta resolução e a proibição de comercialização a partir de 2009 de produtos que realizem testes em animais. Sentido, também, esta necessidade de regulamentar a utilização a protecção dos animais, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Brasil), por exemplo, decretou a Lei Estadual n.º 11 977, de 25 de Agosto de 2005, que institui o Código de Protecção aos

Animais do Estado e dá outras providências acerca da experimentação animal (CETESB, 2006).

CERTIFICAÇÃO

Não existe processo de certificação para o uso deste símbolo.

CONTROLO

Não existe um processo de controlo.

PROTECÇÃO DO AMBIENTE



SIGNIFICADO

A utilização deste símbolo garante a protecção do ambiente durante o processo de fabrico, respeitando a norma ISO 14001:1996 (ISO, 2006). Mais recentemente foi criado o Regulamento (CE) n.º 761/2001 de 19 de Março do Parlamento Europeu e do Conselho e definidas um conjunto de orientações para a selecção e utilização de indicadores de desempenho ambiental no âmbito do regulamento (CE, 2003, 27 de Julho), que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS). Trata-se de um instrumento voluntário que possibilita a uma organização evidenciar, perante terceiros e de acordo com os respectivos referenciais, a credibilidade do seu sistema de gestão ambiental e do seu desempenho ambiental. Deste modo o EMAS é estabelecido numa organização visando a avaliação e melhoria do desempenho ambiental das organizações e o fornecimento de informação relevante ao público e outras partes interessadas em termos de prestação ambiental e de comunicação da mesma (IA, 2006). Ao lado apresenta-se o logotipo do EMAS.

CERTIFICAÇÃO

Não existe um processo de certificação.

CONTROLO

Compete ao fabricante e a uma entidade externa controlar os procedimentos de produção.

SÍMBOLOS ÚTEIS PARA SEPARAR OS RESÍDUOS

ECOPONTO AMARELO/AZUL



SIGNIFICADO

Este símbolo tem um significado ambiental. Significa que a embalagem depois de usada pode ser depositada em contentores amarelos (imagem de cima) e azuis (imagem de baixo) de recolha selectiva de resíduos, destinado a embalagens de papel e de cartão (ecoponto azul) e a embalagens de plástico e de metal (ecoponto amarelo). Este símbolo é nacional e foi uma iniciativa da SPV para orientar os consumidores a separar as embalagens a depositarem-nas nos contentores adequados. A sua utilização depende da decisão de cada empresa, uma vez que é um símbolo de utilização livre, sem legislação que o regule. Muitas empresas ainda não usam este símbolo nas suas embalagens, sugerindo que os consumidores coloquem a embalagem no lixo indiferenciado. A SPV estabeleceu nas Normas de Utilização (versão 1.0) que neste ícone, de preferência, deveriam ser utilizadas as cores dos respectivos ecopontos, pese embora seja facultada a liberdade na escolha das cores, o que vem a acontecer na maioria dos casos que conhecemos. Um exemplo da falta de critérios uniformizados para a utilização de símbolos, que é, do nosso ponto de vista, geradora de confusão, é o rótulo que se apresenta mais em baixo, extraído de uma garrafa actual de vidro

com vinho verde português. A empresa, que também usa o rótulo do «Ponto Verde», pretenderá significar, segundo cremos, que a embalagem seja depositada no «vidrão» (inferimos isto pelo grafismo que alude à forma dos primitivos depósitos para vidro). Poderia ser facilmente substituída pelo símbolo adequado (ecoponto verde), o que apresentaria grandes vantagens.

CERTIFICAÇÃO

Não está sujeito a processo de certificação.

CONTROLO

Não está sujeito a processo de controlo.

NÃO DEPOSITAR NO LIXO INDIFERENCIADO



SIGNIFICADO

Este símbolo, definido pela Directiva Europeia 2002/96/EC, é de uso obrigatório no espaço português, usado em equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), - (D.L. 230/2004 de 10 de Dezembro, alterado pelo D.L. 174/2005 de 25 de Outubro) e em pilhas e acumuladores (D.L. 62/2001 de 19 de Fevereiro). Indica que o produto não deve ser colocado no lixo indiferenciado. A lei estabelece (D.L. 62/2001 de 19 de Fevereiro) que os operadores económicos são obrigados a recolher pilhas e acumuladores usados, sem quaisquer encargos para o consumidor final ou o último detentor, aquando da compra de uma bateria nova.

CONTROLO

A verificação do cumprimento da legislação é feita, em Portugal, pela Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE), pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais de Consumo (DGAIEC), pelo Instituto dos Resíduos (INR) e pela Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT).

MATERIAL USADO NO FABRICO DA EMBALAGEM



SIGNIFICADO

Este símbolo pretende indicar o tipo de material utilizado no fabrico da embalagem. Nos casos apresentados, o primeiro corresponde ao alumínio e o segundo ao polietileno. A utilização do símbolo é de natureza voluntária. A Decisão da Comissão Europeia 97/129/EC, de 28 Janeiro de 1997, cria o sistema de identificação dos materiais de embalagem nos termos da Directiva 94/62/EC do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a embalagens e resíduos de embalagens. Identifica a numeração e abreviaturas a usar em materiais plásticos, papel e cartão, metais, madeira, têxteis, vidro e materiais compósitos.

CERTIFICAÇÃO

O produtor deve comprovar que a embalagem está marcada adequadamente, ou seja, o símbolo deve corresponder ao material utilizado na embalagem.

CONTROLO

Não existe um processo de controlo.

MATERIAL UTILIZADO NA CONCEPÇÃO DA EMBALAGEM/PRODUTO



SIGNIFICADO

Este símbolo indica o tipo de matéria-prima que é usado na concepção do produto e/ou da sua embalagem. Amiúde é acompanhado de um número, ou de letras, sendo uma preciosa ajuda para o consumidor no momento da separação dos resíduos. Estes símbolos foram criados pela *Society of Plastics Industry* e ainda são usados no sistema de identificação dos Estados Unidos da América. Este símbolo não garante que os produtos/embalagens



sejam reciclados. Entre as abreviaturas e códigos numéricos mais comuns constam: (a) 1 ou PET – Politereftalato de etileno; (b) 2, PEAD ou HDPE – Polietileno de alta densidade; (c) 3 ou PVC – Policloreto de vinilo; (d) 4, PEAD ou LDPE – Polietileno de baixa densidade; (e) 5 ou PP – Polipropileno; (f) 6 ou PS – Poliestireno; (g) 22 ou PAP – Papel; (h) 40 ou FE – Aço ou materiais ferrosos; (i) 41 ou ALU – Alumínio. Este sistema de identificação dos materiais de embalagem foi estabelecido pela Decisão da Comissão Europeia 97/129/CE, de Janeiro de 1997, que surgiu no seguimento da referida Directiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho sobre embalagens e resíduos de embalagens. Identifica a numeração e abreviaturas a usar em materiais plásticos, papel e cartão, metais, madeira, têxteis, vidro e materiais compósitos. A norma ISO 11469: 2000 (ISO, 2006b) diz respeito à identificação de materiais plásticos com estes símbolos. A adopção deste sistema de identificação é voluntária e, mesmo que alguma destas matérias pudessem ser recicladas, muitas firmas sugerem ao consumidor que coloque a embalagem no lixo indiferenciado.

CERTIFICAÇÃO

Não existe propriamente um processo de certificação. O sistema é auto-regulado.

CONTROLO

Não está sujeito a processo de controlo.

SÍMBOLOS ÚTEIS QUE AJUDAM NA UTILIZAÇÃO

LAVAGEM ECOLÓGICA



SIGNIFICADO

Este símbolo pretende motivar os consumidores a reduzirem o impacto da utilização do detergente sobre o ambiente (*e.g.*, usando uma temperatura da água mais baixa, esperando que a carga de roupa da máquina esteja completa, aplicando apenas a dose suficiente de detergente). Existe um acordo entre os fabricantes para usarem o mesmo tipo de ícones. O início da utilização deste símbolo data de 1998. Alguns, todavia, usam símbolos simplificados, como o da *t-shirt* que se mostra ao lado, que não permitem retirar grande informação útil sobre este aspecto. Este símbolo foi criado como resposta à Recomendação da Comissão Europeia 98/480/EC de 22 de Julho relativa a um código de boa prática ambiental respeitante aos detergentes para a roupa de uso doméstico e ao *Code of Good Environmental Practice* da AISE (OLSCHEWSKI, 2000). Estes símbolos não são de uso obrigatório.

CERTIFICAÇÃO

Desde 1992 que a Comissão Europeia procura promover o seu eco-rótulo de detergentes de lavagem. Os produtores, contudo, reunidos no seio da *Association Internationale des Detergents (AISE)* preferiram encontrar e lançar o seu próprio código ambiental. Em 1997 foi elaborado um código comum ambiental e em 5 de Junho de 2000 a AISE lançou uma vasta campanha europeia destinada a incentivar os consumidores a utilizarem as suas lavagens de maneira óptima para o ambiente. Nesse sentido, os fabricantes que subscreveram o Código AISE desenvolvem os seus detergentes para uso doméstico e as respectivas embalagens levando em consideração as metas mensuráveis específicas (redução do consumo de energia, da embalagem, etc.). Está também acordado em fornecer aos consumidores instruções de uso relevantes, para orientá-los numa lavagem ambientalmente responsável.

CONTROLO

O controlo da implementação do Código AISE é da responsabilidade de cada empresa aderente. Há um compromisso de divulgar o código no país onde se comercializam os produtos. Em Portugal as empresas produtoras estabeleceram

uma parceria com a Associação dos Industriais de Sabões, Detergentes e Produtos de Conservação e Limpeza (AISDPCL) que controla e coopera na aplicação do código AISE.

PARA CONTACTO COM OS ALIMENTOS



SIGNIFICADO

As frases «para contacto com os alimentos» e «próprio para alimentos» ou a utilização deste símbolo, significa que o produto que se encontra no interior da embalagem pode ser usado com alimentos, sem contaminá-los ou provocar problemas para a saúde. Quer a frase quer o símbolo são de uso obrigatório (Regulamento (CE) n.º 1935/2004, de 27 de Outubro), em alternativa, em produtos que podem vir a estar em contacto com alimentos.

CERTIFICAÇÃO

A certificação é assegurada pela auto-declaração de conformidade do fabricante, devendo conservar a documentação técnica do produto.

CONTROLO

Não existe um processo de controlo.

COMPRIMIR EMBALAGEM



SIGNIFICADO

O símbolo mais à esquerda pretende sugerir ao consumidor que comprima a embalagem de Politereftalato de Etileno (PET). O seu único objectivo é produzir resíduos com menor volume. Existem várias expressões gráficas para o mesmo significado. Outras firmas usam as indicações «garrafa compactável amiga do ambiente». Dão instruções para pressionar na vertical posteriormente enroscar a tampa. Porém, a tampa da garrafa não é, como se sabe, PET. Ou seja, enquanto por um lado a tampa mantém mais reduzido o volume da garrafa, diminuindo o volume de resíduos, por outro estão-se a juntar dois resíduos, um dos quais não é, por agora, reciclado. Perante a profusão de símbolos, a que nos temos referido, algumas empresas usam um símbolo (o que está mais em baixo) que parece sugerir que a garrafa não deve ser compactada.

CERTIFICAÇÃO

Não existe processo de certificação para o uso deste símbolo.

CONTROLO

Não existe um processo de controlo.

SÍMBOLOS QUE NÃO TRAZEM INFORMAÇÃO AMBIENTAL AO CONSUMIDOR

PONTO VERDE



SIGNIFICADO

Este símbolo é usado, actualmente, por 26 países, em particular na Europa, mas também de utilização comum no Canadá e na Turquia. É uma marca registada em mais de 170 países, cujos direitos de utilização são geridos pela sociedade *Packaging Recovery Organization Europe, s.p.r.l. (Pro-Europe Alliance)*. A utilização deste símbolo significa que a empresa que colocou o produto no mercado participa no processo de gestão dos resíduos de embalagem (recolha selectiva, triagem e reciclagem), através de uma transferência financeira para a sociedade nacional responsável pela valorização das embalagens, que em Portugal tem a designação de Sociedade Ponto Verde, S.A. (SPV), entidade privada, sem fins lucrativos, constituída em Novembro de 1996. O contributo financeiro serve para custear os encargos envolvidos com a recolha selectiva e da triagem do material. Este símbolo representa a responsabilidade do fabricante do produto embalado em lançar no mercado uma embalagem que se transformará em resíduo.

A utilização deste símbolo: (a) não constitui uma instrução de triagem; (b) não significa que todas as embalagens sejam objecto de uma recolha selectiva; (c) não oferece garantias acerca da reciclagem da embalagem onde se encontra; (d) não implica que a embalagem, ou o produto, sejam produzidos a partir de materiais reciclados. Não se trata, portanto, de um símbolo ecológico. O uso deste símbolo não é obrigatório, podendo indicar, apenas, que a embalagem respeita a sua obrigação legal. Trata-se de uma consequência da Directiva 94/62/CE e de leis nacionais relacionadas. A directiva fixou o prazo de 30 de Junho de 2001 para serem recolhidos entre 50 e 65% do peso de todos os resíduos de embalagens, de uso doméstico, industrial ou comercial e serem reciclados entre 25 e 45% do peso dos resíduos de embalagens, com um mínimo de 15% do peso para cada tipo de material. Está em preparação a revisão da actual directiva, na qual se destacará o aumento das metas de reciclagem para todos os tipos de embalagens. Esta directiva europeia foi transposta para o quadro legal português através do Decreto-Lei n.º 366-A/97 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2000) e da Portaria n.º 29-B/98. A directiva europeia estabeleceu para Portugal, como obrigação, o objectivo principal da SPV em atingir, em 2005, um mínimo de 25% da reciclagem das embalagens de uso individual existentes no mercado nacional, com um mínimo de 15% para cada tipo de material (plástico, aço e alumínio, vidro, papel/cartão e madeira). Atingidos estes objectivos, Portugal prepara-se para até final de 2010 valorizar 60% do peso total dos resíduos de embalagens colocados no mercado; reciclar um mínimo de 55% desses resíduos e reciclar um mínimo de 60% de vidro, 60% de papel/cartão, 50% de metal, 22,5% de plástico e 15% de madeira.

CERTIFICAÇÃO

A certificação é feita pela SPV. Para que as embalagens possam apresentar o símbolo «Ponto Verde» as empresas têm de contratar com a SPV, transferindo uma contrapartida financeira única (SPV, 2006) correspondente, proporcional à quantidade de embalagens colocadas no mercado, ao tipo de material usado (em função das quantidades de resíduos de embalagens recolhidos selectivamente, triados e efectivamente entregues à Sociedade Ponto Verde para retoma. Após receber a autorização, a empresa deve respeitar a identidade gráfica do símbolo. Pode adoptar, querendo, outras cores para além dos tons de verde (*e.g.*, branco e azul, branco e vermelho).

CONTROLO

O controlo é assegurado pela SPV. Há controlos realizados em lojas para identificar empresas que usam o símbolo sem terem contratado com a Sociedade Ponto Verde. As empresas estão sujeitas a auditorias externas que verificam a quantidade e qualidade de embalagens que foram colocadas no mercado em função do acordado contratualmente.

SEM CFCs



SIGNIFICADO

A utilização deste símbolo pretende indicar que os aerossóis não contêm clorofluorcarbonos (CFC), substâncias que podem provocar dano na camada de ozono da estratosfera, desprotegendo a Terra da radiação solar. Não se trata de um símbolo oficial. Foi muito utilizado pelos fabricantes em toda a Europa e América. O uso de CFC em aerossóis encontra-se, desde 1987, proibido em todos os países industrializados (acontecerá o mesmo aos países em vias de desenvolvimento em 2010 por via do Protocolo de Montreal), pelo que o uso deste símbolo é despropositado. Existem, contudo, outros químicos que podem igualmente prejudicar a camada de ozono, pelo que este símbolo não oferece garantia do que afirma: não destrói a camada de ozono.

CERTIFICAÇÃO

Não está sujeito a processo de certificação.

CONTROLO

Não está sujeito a processo de controlo.

DEPOSITAR A EMBALAGEM OU O PRODUTO NO LIXO INDIFERENCIADO



SIGNIFICADO

Este símbolo é usado, apenas, para sugerir ao consumidor a deposição responsável da embalagem ou do produto nos recipientes para o lixo, evitando de o deixar livremente na via pública. Apresenta variantes de identidade gráfica. Por vezes é acompanhado de expressões escritas como, por exemplo, *one way*. A profusão de símbolos e informação é grande. Algumas empresas (*e.g.*, que colocam no mercado embalagens de PET com água) usam este símbolo, inscrevendo a expressão «reciclável», sem que se compreenda porque não dão indicação clara para direccionar a garrafa para o ecoponto amarelo.

CERTIFICAÇÃO

Não existe um processo de certificação, uma vez que este símbolo não é de uso obrigatório.

CONTROLO

Não existe um processo de certificação, uma vez que este símbolo não é de uso obrigatório.

CUMPRE OS REQUISITOS DE SEGURANÇA ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO DA FEDERAÇÃO RUSSA



SIGNIFICADO

Este símbolo é de uso obrigatório na Rússia. Significa que o produto cumpre os requisitos de segurança da legislação do país: vigiado o processo de produção, inspeccionado na fábrica e testado por uma entidade certificadora. Este símbolo só é necessário para comercializar certos produtos na Rússia. Alguns destes produtos são, igualmente, comercializados em Portugal (*e.g.*, calhas de plástico, chocolates), pelo que é possível encontrarmos no espaço nacional este símbolo. Este símbolo é atribuído pelo Gosstandard, que é o organismo certificador da Federação Russa que depende directamente do Governo, normalmente por um período de três anos.

CERTIFICAÇÃO

A certificação é assegurada por uma entidade acreditada pelo Gosstandard. São verificados os documentos e realizados alguns testes. A vigilância do processo de produção é realizada pela entidade certificadora mediante amostras retiradas da linha de fabrico. A certificação de um produto para o símbolo Gost R está associada,

apenas, à inspecção da fábrica onde o produto certificado é produzido.

CONTROLO

Existem várias entidades, acreditadas pelo Gosstandard, que asseguram o controlo da utilização do símbolo.

100% NATURAL



SIGNIFICADO

O fabricante que usa este símbolo pretende afirmar que a fibra usada no fabrico do produto é completamente natural (100%). Não se trata de um símbolo oficial, nem há legislação específica para o seu uso. A Norma ISO 14021:1999 especifica, contudo, os requisitos para alegações ambientais auto-declaradas, incluindo afirmações, símbolos e gráficos, atribuídos a produtos. A Norma estabelece, ainda, uma metodologia de avaliação e de verificação geral para as alegações ambientais auto-declaradas.

CERTIFICAÇÃO

Não existe processo de certificação para o uso deste símbolo.

CONTROLO

Não existe um processo de controlo.

PROTECÇÃO DO AMBIENTE



SIGNIFICADO

Este símbolo pretende alegar que a empresa se preocupa com questões ambientais, protegendo o ambiente, no processo de fabricação de um determinado produto ou embalagem. Não expressa, porém, os critérios de protecção nem explicita sobre o objecto que incide (produto, processo de fabrico, embalagem). Não existe nenhuma definição oficial para a declaração «Protegemos o Meio Ambiente» nem há legislação nacional para o efeito.

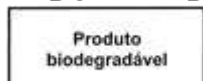
CERTIFICAÇÃO

Não existe processo de certificação para o uso deste símbolo.

CONTROLO

Não existe um processo de controlo.

PRODUTO BIODEGRADÁVEL



SIGNIFICADO

Este símbolo pretende alegar que o produto é biodegradável. Existe, contudo, um nível mínimo de biodegradabilidade obrigatório para algumas categorias de produtos, como é o caso dos detergentes (EURLEX, 2002). Trata-se de um símbolo não oficial.

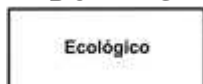
CERTIFICAÇÃO

Não existe processo de certificação para o uso deste símbolo.

CONTROLO

Não existe um processo de controlo. Os fornecedores de matérias-primas têm regras internas para o controlo de qualidade das mesmas.

PRODUTO ECOLÓGICO



SIGNIFICADO

Este símbolo pretende alegar que o produto é ecológico. Frequentemente os produtores associam este símbolo a algumas características específicas: por exemplo, produto que não apresenta gases propulsores que afectem a camada de ozono; produto que incorpora materiais reciclados; produto sem fosfatos.

É um símbolo não oficial, sem legislação para o seu uso, sendo a iniciativa do próprio fabricante.

CERTIFICAÇÃO

Não existe processo de certificação para o uso deste símbolo.

CONTROLO

Não existe um processo de controlo.

SEM CFC



SIGNIFICADO

A utilização deste símbolo pretende indicar que os aerossóis não contêm clorofluorcarbonos (CFC), substâncias que podem provocar dano na camada de ozono da estratosfera, desprotegendo a Terra da radiação solar. Não se trata de um símbolo oficial. Foi muito utilizado pelos fabricantes em toda a Europa e América. O uso de CFC em aerossóis encontra-se, desde a Convenção de 7 de Fevereiro de 1987, proibido em todos os países industrializados (acontecerá o mesmo aos países em vias de desenvolvimento em 2010 por via do Protocolo de Montreal), pelo que o uso deste símbolo é despropositado. Existem, contudo, outros químicos que podem igualmente prejudicar a camada de ozono, pelo que este símbolo não oferece garantia do que afirma: não destrói a camada de ozono.









CERTIFICAÇÃO

Não existe processo de certificação para o uso deste símbolo.









CONTROLO

Não existe um processo de controlo.









ANEXO II

SÍMBOLOS	JÁ FOI VISTO			TRAZ INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR			TEM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO			TEM PROCESSO DE CONTROLO			PRESERVA O AMBIENTE			INFLUENCIA NA COMPRA		
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	192	85,0	Sim	163	72,1	Sim	165	73,0	Sim	171	75,7	Sim	183	81,0	C	100	44,2
	Não	2	0,9	Não	22	9,7	Não	6	2,7	Não	6	2,7	Não	7	3,1	D	69	30,5
	N/R	17	7,5	N/R	21	9,3	NS	50	22,1	NS	42	18,6	NS	33	14,6	EI	53	23,5
	Total	211	93,4	Total	206	91,2	Total	221	97,8	Total	219	96,9	Total	223	98,7	Total	222	98,2
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	116	51,3	Sim	134	59,3	Sim	146	64,6	Sim	148	65,5	Sim	152	67,3	C	117	51,8
	Não	44	19,5	Não	20	8,8	Não	2	0,9	Não	4	1,8	Não	5	2,2	D	42	18,6
	N/R	61	27,0	N/R	57	25,2	NS	65	28,8	NS	61	27,0	NS	53	23,5	EI	52	23,0
	Total	221	97,8	Total	211	93,4	Total	213	94,2	Total	213	94,2	Total	210	92,9	Total	211	93,4
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	185	81,9	Sim	191	84,5	Sim	161	71,2	Sim	157	69,5	Sim	173	76,5	C	106	46,9
	Não	22	9,7	Não	12	5,3	Não	16	7,1	Não	14	6,2	Não	9	4,0	D	75	33,2
	N/R	12	5,3	N/R	14	6,2	NS	39	17,3	NS	45	19,9	NS	35	15,5	EI	34	15,0
	Total	219	96,9	Total	217	96,0	Total	216	95,6	Total	216	95,6	Total	217	96,0	Total	215	95,1
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	162	71,7	Sim	112	49,6	Sim	145	64,2	Sim	145	64,2	Sim	153	67,7	C	81	35,8
	Não	3	1,3	Não	19	8,4	Não	5	2,2	Não	7	3,1	Não	4	1,8	D	71	31,4
	N/R	45	19,9	N/R	68	30,1	NS	65	28,8	NS	65	28,8	NS	57	25,2	EI	62	27,4
	Total	210	92,9	Total	199	88,1	Total	215	95,1	Total	217	96	Total	214	94,7	Total	214	94,7
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	75	33,2	Sim	46	20,4	Sim	90	39,8	Sim	97	42,9	Sim	94	41,6	C	46	20,4
	Não	46	20,4	Não	28	12,4	Não	7	3,1	Não	4	1,8	Não	6	2,7	D	66	29,2
	N/R	88	38,9	N/R	118	52,2	NS	111	49,1	NS	111	49,1	NS	112	49,6	EI	96	42,5
	Total	209	92,5	Total	192	85,0	Total	208	92,0	Total	212	93,8	Total	212	93,8	Total	208	92,0
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	69	30,5	Sim	89	39,4	Sim	96	42,5	Sim	96	42,5	Sim	91	40,3	C	44	19,5
	Não	72	31,9	Não	32	14,2	Não	11	4,9	Não	6	2,7	Não	15	6,6	D	65	28,8
	N/R	73	32,3	N/R	78	34,5	NS	104	46,0	NS	109	48,2	NS	105	46,5	EI	101	44,7
	Total	214	94,7	Total	199	88,1	Total	211	93,4	Total	211	93,4	Total	211	93,4	Total	210	92,9
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	194	85,8	Sim	145	64,2	Sim	115	50,9	Sim	111	49,1	Sim	140	61,9	C	66	29,2
	Não	3	1,3	Não	18	8,0	Não	35	15,5	Não	33	14,6	Não	13	5,8	D	82	36,3
	N/R	16	7,1	N/R	36	15,9	NS	62	27,4	NS	70	31,0	NS	59	26,1	EI	60	26,5
	Total	213	94,2	Total	199	88,1	Total	212	93,8	Total	214	94,7	Total	212	93,8	Total	208	92,0
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	184	81,4	Sim	178	78,8	Sim	158	69,9	Sim	161	71,2	Sim	167	73,9	C	91	40,3
	Não	15	6,6	Não	11	4,9	Não	13	5,8	Não	8	3,5	Não	7	3,1	D	71	31,4
	N/R	16	7,1	N/R	19	8,4	NS	49	21,7	NS	51	22,6	NS	45	19,9	EI	56	24,8
	Total	215	95,1	Total	208	92,0	Total	220	97,3	Total	220	97,3	Total	219	96,9	Total	218	96,5


N/R = Não me recordo; NS = Desconheço; C = Concordo; D = Discordo; EI = Estou indeciso.

SÍMBOLOS	JÁ FOI VISTO			TRAZ INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR			TEM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO			TEM PROCESSO DE CONTROLE			PRESERVA O AMBIENTE			INFLUENCIA NA COMPRA		
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	5	2,2	Sim	20	8,8	Sim	30	13,3	Sim	29	12,8	Sim	24	10,6	C	20	8,8
	Não	169	74,8	Não	62	27,4	Não	8	3,5	Não	7	3,1	Não	7	3,1	D	49	21,7
	N/R	49	21,7	N/R	115	50,9	NS	161	71,2	NS	168	74,3	NS	171	75,7	EI	132	58,4
	Total	223	98,7	Total	197	87,2	Total	199	88,1	Total	204	90,3	Total	202	89,4	Total	201	88,9
	Sim	163	72,1	Sim	97	42,9	Sim	104	46,0	Sim	98	43,4	Sim	83	36,7	C	49	21,7
	Não	11	4,9	Não	20	8,8	Não	13	5,8	Não	13	5,8	Não	17	7,5	D	74	32,7
	N/R	38	16,8	N/R	79	35,0	NS	96	42,5	NS	103	45,6	NS	113	50,0	EI	87	38,5
	Total	212	93,8	Total	196	86,7	Total	213	94,2	Total	214	94,7	Total	213	94,2	Total	210	92,9
	Sim	46	20,4	Sim	74	32,7	Sim	82	36,3	Sim	81	35,8	Sim	68	30,1	C	63	27,9
	Não	100	44,2	Não	34	15,0	Não	9	4,0	Não	6	2,7	Não	9	4,0	D	47	20,8
	N/R	73	32,3	N/R	91	40,3	NS	118	52,2	NS	121	53,5	NS	132	58,4	EI	96	42,5
	Total	219	96,9	Total	199	88,1	Total	209	92,5	Total	208	92,0	Total	209	92,5	Total	206	91,2
	Sim	19	8,4	Sim	55	24,3	Sim	64	28,3	Sim	58	25,7	Sim	72	31,9	C	49	21,7
	Não	98	43,4	Não	31	13,7	Não	7	3,1	Não	4	1,8	Não	2	0,9	D	49	21,7
	N/R	101	44,7	N/R	117	51,8	NS	133	58,8	NS	144	63,7	NS	132	58,4	EI	106	46,9
	Total	218	96,5	Total	203	89,8	Total	204	90,3	Total	206	91,2	Total	206	91,2	Total	204	90,3
	Sim	42	18,6	Sim	89	39,4	Sim	94	41,6	Sim	96	42,5	Sim	94	41,6	C	64	28,3
	Não	92	40,7	Não	25	11,1	Não	10	4,4	Não	6	2,7	Não	7	3,1	D	53	23,5
	N/R	84	37,2	N/R	80	35,4	NS	102	45,1	NS	104	46,0	NS	105	46,5	EI	86	38,1
	Total	218	96,5	Total	194	85,8	Total	206	91,2	Total	206	91,2	Total	206	91,2	Total	203	89,8
	Sim	2	0,9	Sim	13	5,8	Sim	30	13,3	Sim	30	13,3	Sim	22	9,7	C	11	4,9
	Não	158	69,9	Não	61	27,0	Não	8	3,5	Não	8	3,5	Não	10	4,4	D	61	27,0
	N/R	62	27,4	N/R	120	53,1	NS	162	71,7	NS	163	72,1	NS	169	74,8	EI	127	56,2
	Total	222	98,2	Total	194	85,8	Total	200	88,5	Total	201	88,9	Total	201	88,9	Total	199	88,1
	Sim	122	54,0	Sim	63	27,9	Sim	76	33,6	Sim	78	34,5	Sim	68	30,1	C	35	15,5
	Não	50	22,1	Não	37	16,4	Não	10	4,4	Não	9	4,0	Não	6	2,7	D	65	28,8
	N/R	46	20,4	N/R	103	45,6	NS	123	54,4	NS	124	54,9	NS	137	60,6	EI	107	47,3
	Total	218	96,5	Total	203	89,8	Total	209	92,5	Total	211	93,4	Total	211	93,4	Total	207	91,6
	Sim	16	7,1	Sim	18	8,0	Sim	36	15,9	Sim	35	15,5	Sim	26	11,5	C	11	4,9
	Não	124	54,9	Não	55	24,3	Não	8	3,5	Não	7	3,1	Não	7	3,1	D	61	27,0
	N/R	79	35,0	N/R	123	54,4	NS	162	71,7	NS	164	72,6	NS	168	74,3	EI	126	55,8
	Total	219	96,9	Total	196	86,7	Total	206	91,2	Total	206	91,2	Total	201	88,9	Total	198	87,6

N/R = Não me recordo; NS = Desconheço; C = Concordo; D = Discordo; EI = Estou indeciso.

SÍMBOLOS	JÁ FOI VISTO			TRAZ INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR			TEM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO			TEM PROCESSO DE CONTROLO			PRESERVA O AMBIENTE			INFLUENCIA NA COMPRA		
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	7	3,1	Sim	20	8,8	Sim	36	15,9	Sim	36	15,9	Sim	32	14,2	C	13	5,8
	Não	150	66,4	Não	67	29,6	Não	9	4,0	Não	9	4,0	Não	9	4,0	D	62	27,4
	N/R	65	28,8	N/R	106	46,9	NS	156	69,0	NS	157	69,5	NS	162	71,7	EI	125	55,3
	Total	222	98,2	Total	193	85,4	Total	201	88,9	Total	202	89,4	Total	203	89,8	Total	200	88,5
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	20	8,8	Sim	32	14,2	Sim	48	21,2	Sim	48	21,2	Sim	33	14,6	C	21	9,3
	Não	113	50,0	Não	42	18,6	Não	12	5,3	Não	10	4,4	Não	10	4,4	D	57	25,2
	N/R	85	37,6	N/R	119	52,7	NS	138	61,1	NS	143	63,3	NS	155	68,6	EI	120	53,1
	Total	218	96,5	Total	193	85,4	Total	198	87,6	Total	201	88,9	Total	198	87,6	Total	198	87,6
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	2	0,9	Sim	16	7,1	Sim	25	11,1	Sim	26	11,5	Sim	17	7,5	C	8	3,5
	Não	153	67,7	Não	67	29,6	Não	8	3,5	Não	6	2,7	Não	7	3,1	D	62	27,4
	N/R	67	29,6	N/R	117	51,8	NS	169	74,8	NS	172	76,1	NS	180	79,6	EI	127	56,2
	Total	222	98,2	Total	200	88,5	Total	202	89,4	Total	204	90,3	Total	204	90,3	Total	197	87,2
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	106	46,9	Sim	60	26,5	Sim	99	43,8	Sim	100	44,2	Sim	89	39,4	C	46	20,4
	Não	36	15,9	Não	24	10,6	Não	4	1,8	Não	4	1,8	Não	7	3,1	D	56	24,8
	N/R	69	30,5	N/R	111	49,1	NS	108	47,8	NS	107	47,3	NS	114	50,4	EI	104	46,0
	Total	211	93,4	Total	195	86,3	Total	211	93,4	Total	211	93,4	Total	210	92,9	Total	206	91,2
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	34	15,0	Sim	56	24,8	Sim	73	32,3	Sim	72	31,9	Sim	77	34,1	C	51	22,6
	Não	99	43,8	Não	34	15,0	Não	9	4,0	Não	6	2,7	Não	4	1,8	D	48	21,2
	N/R	85	37,6	N/R	102	45,1	NS	124	54,9	NS	128	56,6	NS	126	55,8	EI	106	46,9
	Total	218	96,5	Total	192	85,0	Total	206	91,2	Total	206	91,2	Total	207	91,6	Total	205	90,7
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	46	20,4	Sim	88	38,9	Sim	80	35,4	Sim	79	35,0	Sim	65	28,8	C	68	30,1
	Não	114	50,4	Não	31	13,7	Não	10	4,4	Não	9	4,0	Não	9	4,0	D	42	18,6
	N/R	64	28,3	N/R	76	33,6	NS	120	53,1	NS	121	53,5	NS	135	59,7	EI	96	42,5
	Total	224	99,1	Total	195	86,3	Total	210	92,9	Total	209	92,5	Total	209	92,5	Total	206	91,2
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	78	34,5	Sim	69	30,5	Sim	59	26,1	Sim	59	26,1	Sim	58	25,7	C	35	15,5
	Não	82	36,3	Não	43	19,0	Não	16	7,1	Não	15	6,6	Não	10	4,4	D	63	27,9
	N/R	62	27,4	N/R	91	40,3	NS	130	57,5	NS	133	58,8	NS	136	60,2	EI	104	46,0
	Total	222	98,2	Total	203	89,8	Total	205	90,7	Total	207	91,6	Total	204	90,3	Total	202	89,4
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	114	50,4	Sim	112	49,6	Sim	120	53,1	Sim	121	53,5	Sim	121	53,5	C	93	41,2
	Não	45	19,9	Não	26	11,5	Não	9	4,0	Não	9	4,0	Não	8	3,5	D	45	19,9
	N/R	56	24,8	N/R	56	24,8	NS	81	35,8	NS	80	35,4	NS	82	36,3	EI	66	29,2
	Total	215	95,1	Total	194	85,8	Total	210	92,9	Total	210	92,9	Total	211	93,4	Total	204	90,3

N/R = Não me recordo; NS = Desconheço; C = Concordo; D = Discordo; EI = Estou indeciso.

SÍMBOLOS	JÁ FOI VISTO			TRAZ INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR			TEM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO			TEM PROCESSO DE CONTROLO			PRESERVA O AMBIENTE			INFLUENCIA NA COMPRA		
	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P	Válido	F	P
	Sim	6	2,7	Sim	18	8,0	Sim	26	11,5	Sim	26	11,5	Sim	21	9,3	C	13	5,8
	Não	140	61,9	Não	60	26,5	Não	10	4,4	Não	8	3,5	Não	140	4,4	D	60	26,5
	N/R	76	33,6	N/R	120	53,1	NS	170	75,2	NS	173	76,5	NS	174	77,0	EI	132	58,4
	Total	222	98,2	Total	198	87,6	Total	206	91,2	Total	207	91,6	Total	205	90,7	Total	205	90,7

N/R = Não me recordo; NS = Desconheço; C = Concorde; D = Discordo; EI = Estou indeciso.

Resumo

A rotulagem de produtos assume-se como um compromisso das empresas ao dever de que o consumidor possa ser informado acerca da realização das suas expectativas sobre as características de um produto. Os rótulos ecológicos são instrumentos voluntários de gestão ambiental que implicam mecanismos de auditoria por terceiros, com o objectivo de encorajar a procura e a oferta de produtos que causam menores pressões no ambiente ao longo do seu ciclo de vida, através da comunicação da informação verificável e fiável não enganosa, acerca dos aspectos ambientais de produtos e serviços. Este estudo procurou verificar quais são os ecorrótulos e os símbolos alegadamente ecológicos que os estudantes universitários identificam, o significado que lhe atribuem e a sua importância para o momento da tomada de decisão da compra do produto. No seguimento de outros trabalhos, comprovámos a multiplicidade de rótulos que existem e a ausência de entendimento dos estudantes universitários acerca da rotulagem que visualizam, o que conduz a decisões com base a premissas erradas. Conclui-se acerca da necessidade de existir, neste campo, uma intervenção urgente a nível informativo e educativo.

Abstract

The label of products is assumed as a commitment of the companies to the duty that the consumer can be informed concerning the accomplishment of their expectations on the characteristics of a product. The ecological labels are voluntary instruments of environmental administration that they implicate auditing mechanisms for third, with the objective of encouraging the search and the offer of products that cause smaller environmental pressures along his life cycle, through the communication of the true verifiable information no deceiving, concerning the environmental aspects of products and services. This study sought to verify which are the ecolabels and allege ecological symbols that the academic students identify, the meaning that attribute him and his importance for the moment of the socket of decision of the purchase of the product. In the continuation of other works, we proved the «chaoslabel» that exists and the absence of the academic students' understanding concerning the label that visualize, what leads to decisions with base to wrong premises. It is concluded concerning the need of existing, in this field, an urgent intervention at informative and educational level.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento sustentável, protecção do ambiente, rótulos ecológicos.

KEY-WORDS

Maintainable development, environmental protection, ecological labels.

NOTA BIOGRÁFICA

Jorge Bonito

- Professor Auxiliar no Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

- Licenciado em Ensino de Biologia e Geologia pela Universidade de Évora.

- Mestre em Geociências, na área de especialidade de Processos Geológicos, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

- Doutor em Ciências da Educação, na área de especialidade de Formação de Professores, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

- Tem exercido a sua acção docente no âmbito da formação de professores de biologia e de geologia. Desde o ano lectivo de 2005/2006 assegura as disciplinas de Modelos de Avaliação Educacional (Mestrado em Educação), de Pedagogia (Licenciatura em Enfermagem) e de Intervenção Pedagógica (Curso de Complemento de Formação em Enfermagem).

- Tem publicados vários trabalhos, de índole científico-pedagógica, quer sob a forma de livro, quer em revistas científicas nacionais e espanholas.

Marília Castro Cid

- Professora Auxiliar no Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.
- Licenciada em Ensino de Biologia e Geologia pela Universidade de Évora.
- Mestre em Educação, na área de especialidade de Metodologia do Ensino das Ciências, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Évora.
- Exerce a sua acção docente no âmbito da formação de professores de biologia e de geologia e de mestres em educação.

Gilda Matos

- Técnica Superior da GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM.
- Licenciada em Ciências do Ambiente pela Universidade de Évora.
- Pós-Graduada em Gestão Integrada e Valorização de Resíduos pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.